



# Previdência ameaçada

**Reforma da previdência** Íria Marcon, agricultora em Charqueadas, está preocupada com a possível aprovação da PEC 287, que propõe importantes alterações no sistema previdenciário brasileiro. Ela se aposentou aos 54 anos, mas o peso do trabalho no campo resultou

em problemas físicos que hoje dificultam o desempenho de suas atividades diárias. Com base em sua experiência, ela teme pelos demais trabalhadores rurais e urbanos, homens e mulheres, que, se aprovada a proposta que o Executivo enviou ao Congresso em 2016, só vão se

aposentar aos 65 anos ou mais: “Não sei o que vai ser dos coitados!”. Enquanto o governo alega déficit para justificar a reforma, especialistas questionam os dados apresentados e falam em superávit da Previdência.

*CadernoJU*

## INTERCÂMBIO

Centro de Estudos Europeus e Alemães reúne programas de pós-graduação e pesquisadores da UFRGS e da PUC

P10

## FAPERGS

Perspectivas para 2017

O novo diretor-presidente da Fapergs, Odir Dellagostin, reconhece o baixo orçamento do setor, cujo valor segue na faixa dos R\$ 26 milhões, e sem reajuste nem correção da inflação. Por outro lado, comemora o fato de a Fundação não ter dívidas e o lançamento de dois editais ainda em abril – o *Pesquisador Gaúcho*, que contempla todas as áreas de conhecimento, e o *Auxílio recém-doutor*.

P9

## ONGs

Perda de protagonismo

Entidades como o Gapa, ONG que é símbolo do ativismo contra a epidemia da Aids no estado, mingam com a falta de financiamento de ações e com a inércia do Estado. Outras organizações, como o Imama e a Aapecan, sobrevivem de donativos. De fato, alguns ativistas consideram que não há como continuar dependendo somente do poder público para financiar a continuidade de suas ações.

P5

## Inclusão

Universidade integra Rede Multicêntrica que acolhe usuários de drogas, capacitando agentes da Rede Pública P7

## Ponte do Guaíba

Enquanto as obras avançam, moradores a serem removidos vivem incertezas quanto ao futuro reassentamento P4

## FAUBAI

Conferência em Porto Alegre debaterá novos desafios para a internacionalização da educação superior e a inovação P3

## Cultura

A estrutura do mercado de trabalho em literatura e livros cria dilemas na convivência entre escritores P13

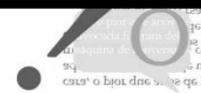
## CIÊNCIA

### Cimento alternativo

Visando à diminuição da emissão de gás carbônico, alternativas sustentáveis para a produção e o consumo do cimento – uma das maiores fontes emissoras do gás – são desenvolvidas em diferentes países e também na UFRGS. Pesquisadores, que utilizam, por exemplo, cinzas do carvão, argila ou palha de arroz, salientam a importância do tema, devido ao crescimento de zonas urbanas.



P11



## Espaço da Reitoria

Sandra de Deus  
Pró-reitora de Extensão

# A Universidade que abre as suas portas

O primeiro semestre de 2017 mal começou na UFRGS e já vencemos o primeiro trimestre do ano. Enquanto as aulas não iniciavam, a Universidade já estava preparando este novo ano letivo com uma extensa agenda de atividades culturais que se iniciam com *Fronteiras do Pensamento*, *Portas Abertas* e *Semana da África*. São três grandes programações entre tantas outras que se estendem ao longo do ano.

O ciclo de conferências *Fronteiras do Pensamento*, que começa em meados de maio e se prolonga até dezembro, apresentará oito grandes painelistas para discutir o que nos define como civilização. Para o segundo semestre, vincula-se ao projeto o *Fronteiras da Educação*, destinado a atender às escolas.

A 5.ª edição da *Semana da África*, que será realizada no final do mês de maio, trata de questões relativas

a gênero e participação feminina, destacando a relevância social, política e cultural das mulheres tanto no presente como no passado do continente. Assim, a Universidade, mais uma vez, propõe o debate sobre os mecanismos de dominação e exclusão do sexo feminino na contemporaneidade. A extensa programação tem a participação expressiva de mulheres africanas que estão em formação na UFRGS ou que já se formaram aqui e retornaram para seus países de origem. Cumprindo a sua relação com a educação básica, a UFRGS oferece, durante o evento, atividades para escolares, permitindo que possam vivenciar a história e elementos da cultura daquele continente.

O *Portas Abertas*, agendado para o dia 20 de maio, é a grande oportunidade de conhecer a UFRGS. Em anos anteriores, a Universidade

recebeu mais de dez mil visitantes em um único dia, vindos de centenas de municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A grande maioria deles é formada por jovens estudantes do Ensino Médio que, a partir da mobilização em suas escolas, vêm conhecer seus futuros espaços acadêmicos ou mesmo decidir que caminhos profissionais irão seguir.

Abrir as portas da Universidade para recebê-los requer uma cuidadosa programação, construída em todas as unidades acadêmicas e em todos os câmpus, com apoio das pró-reitorias, com o objetivo de que num único dia todas as atenções estejam voltadas para melhor recepcionar um público tão especial. Mesmo que nossas portas estejam sempre abertas, nesse dia estamos integralmente dedicados a receber os convidados e mostrar tudo aquilo que esta grande instituição produz.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,  
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Vice-reitora**  
Jane Fraga Tutikian  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
André Iribure Rodrigues  
**Vice-secretária de Comunicação Social**  
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**  
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golín, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

**Editor substituto** Flávio Dutra

**Subeditora** Jacira Cabral da Silveira

**Repórteres** Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademio JU)

**Diagramação** Vera Lúcia Giliese

**Fotografia** Flávio Dutra (Editor)

**Revisão** Antônio Palm Falcetta

**Bolsistas (Jornalismo)** Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco

**Circulação** Cristiane Lipp Heidrich

**Fotolitos e impressão** Gráfica da UFRGS

**Tiragem** 15 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias

## Artigo

# Palavras perto do coração

Iniciado em 2010, o Projeto Conversações Afirmativas, realizado na UFRGS pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS/PROEXT), vem se expandindo, criando parcerias, despertando o interesse da comunidade interna e externa, ampliando a reflexão sobre assuntos importantes da realidade social, cultural e educacional brasileira. Nascido após a conquista da reserva de vagas na Universidade para egressos de escolas públicas autodeclarados negros e indígenas, o projeto partiu da percepção da necessidade de escuta das vozes desses estudantes, além de também propiciar à comunidade acadêmica a oportunidade de aprendizagem a partir das culturas, tradições e desafios desses estudantes.

Nessa perspectiva, as edições do projeto são vistas como um campo de formação aos técnicos e professores, fazendo parte das capacitações oferecidas pela Escola de Desenvolvimento de Servidores da UFRGS (EDUFRGS), a fim de colaborar no aprimoramento e na consolidação do processo inclusivo.

Em 2016, o Conversações Afirmativas teve a parceria do grupo de teatro Pretagô e do Sarau Sopo Poético, com intervenções

e performances artísticas que trouxeram mais beleza e leveza aos temas tratados nos encontros. Essas intervenções iniciaram conversas sobre questões importantes ainda pouco difundidas na Universidade, servindo de impulso para que esses assuntos sejam levados para dentro das salas de aula, das casas, dos locais de trabalho, expandindo as discussões e, dessa forma, produzindo multiplicadores de ideias, reflexões e ações.

Apresentamos a seguir os temas tratados e as repercussões:

– *Escrita e Identidade*: proporcionou a reflexão sobre as identidades que se escondem, ou não, atrás das escritas e dos escritores, a partir da leitura dramática de uma adaptação do texto “Favela”, da escritora Carolina Maria de Jesus. O impacto do encontro resultou em uma reapresentação no Câmpus Litoral Norte, também bastante elogiada pelo público.

– *Conversa de Tambor*: teve como enfoque “A tradição do Tambor”, apresentada por mestres construtores de tambores, alabês (iniciados na arte de tocar nos espaços religiosos) e músicos que compartilharam suas vivências com o instrumento, intimamente entrelaçadas com suas trajetórias pessoais e religiosas. Ao final, toda a roda se acalorou

ao som de tambores e de cantigas de orixás, mostrando uma das belezas do projeto: o respeito à diversidade de crenças e costumes.

– *Desafios da Permanência na Universidade*: foi conduzido pelos verbos “ser, estar, resistir e concluir”, sintetizando o desafio da vida acadêmica para o estudante cotista. Teve a participação de alunos de pré-vestibulares populares, estudantes de graduação e de pós-graduação egressos do sistema de cotas, com falas emocionadas sobre seus percursos e percepções e sobre o seu encontro com resistências e preconceitos por parte de colegas e do sistema universitário, bem como sobre redes de apoio no enfrentamento a tantos desafios.

– *Sambistas do Sul – Mas aqui tem samba?*: aconteceu enquanto nacionalmente era comemorado o centenário do samba. Muitos sambistas gaúchos estiveram reunidos com interessados sob a sombra das árvores do Câmpus Central da UFRGS para cantar e contar seu envolvimento com um dos estilos musicais mais populares do Brasil e lembrar que o Rio Grande do Sul também foi palco de uma página importante da história do samba. Todos os que passavam aguçavam os sentidos para a música e o bate-papo

agradável e absorviam o ambiente criado para celebrar a arte do encontro.

A disposição das pessoas em roda propicia que os assuntos e ideias circulem, percorrendo bocas e ouvidos de quem lá está. Das bocas que difundem palavras também brotam contornos de sorrisos, que demonstram correspondência de entendimentos e sentimentos, e propagam-se risadas, nos momentos de mais descontração. Informações, relatos, conhecimentos ancestrais, sonhos, música e poesia circundam os ouvidos dos presentes e agitam desde suas ideias estagnadas no topo da cabeça até a ponta do pé, que baila no ritmo de um tambor africano ou de um pandeiro gaúcho. Até as lágrimas rolam por lá de olhos que não apenas veem, mas sentem a emoção de quem dá seu depoimento, seja ele de dor ou felicidade, de desilusão ou de esperança. Assim, o Conversações Afirmativas 2016 acolheu seu público!

Em 2017, temos mais conversas para colocar em dia e contamos com os olhos, ouvidos, bocas, mentes e corações de todos os que quiserem se juntar a nós!

**Equipe do DEDS**

# Construindo redes

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JULHO 2009

A UFRGS tem tradição em mobilidade acadêmica. Ana (russa), Henrique (francês), Olga (argentina) e Denisse (uruguaia), em sentido horário, estudaram na universidade em 2009



Pesquisa em Pauta

## Cultura digital e educação

O uso de tecnologias está cada vez mais presente em nosso cotidiano. Visitas à biblioteca acabam substituídas por pesquisas online. E você, já pensou em utilizar essas tecnologias para potencializar seu aprendizado? O que você acha do uso de meios digitais em sala de aula? Perguntas como essas são tema do programa *Pesquisa em Pauta* que a UFRGS TV exhibe neste mês.

Para abordar a temática, entrevistamos a pedagoga e professora Cíntia Boll, doutora em Educação pela UFRGS. Ela coordena o grupo de pesquisa Cultura Digital e Mídias Móveis, que reflete sobre como a utilização de tecnologias móveis colabora para o surgimento de novas formas de aprendizado e de uma construção mais colaborativa do conhecimento. Boll pesquisa, por exemplo, o uso do *YouTube* para o estudo e a realização de trabalhos na escola e na universidade por meio do compartilhamento de vídeos. “Eu vivo nesse mundo do cotidiano, que tem som e imagem, que me constitui e que eu constituo, que eu edito, que eu curto e compartilho, no qual eu me coloco. Assim, quando eu tenho um ensino calcado numa perspectiva apenas presencial, como eu vivo enquanto aluno?”, indaga a professora ao explicar a importância da modalidade de Educação a Distância e do protagonismo estudantil na construção de seu aprendizado.

Nesse contexto, Cíntia conta que a criação de aplicativos de celular passou a integrar o conteúdo programático de suas aulas, a partir da ideia de alunas e alunos: “Essa linguagem não verbal ainda é muito nova nas instituições. Desde o início, os estudantes são provocados a pensar para que serve a tecnologia móvel. Normalmente, o aplicativo surge para tratar de demandas que eles próprios têm”, conclui.

Luciana Forgiarini, estudante do 4.º semestre de Jornalismo

## FAUBAI Conferência discute a agenda atual da internacionalização

Com a temática *Novos desafios para a internacionalização da educação superior: compromisso social e inovação*, realiza-se em Porto Alegre, entre os dias 8 e 12 deste mês, a 29.ª edição da Conferência FAUBAI. O evento, um dos maiores do gênero na América Latina, acontece no Centro de Eventos FIERGS, com um público estimado em 400 pessoas, sendo a metade delas estrangeiras.

O encontro anual promovido pela Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) ocorre desde a sua criação em 1988. A instituição busca promover a integração e a capacitação dos gestores de relações internacionais de universidades públicas e privadas do país, além de divulgá-las junto a agências de fomento e organismos internacionais.

No momento em que o mundo enfrenta desafios globais cada vez maiores, faz-se necessário formar profissionais e cidadãos para atuar nesse cenário. Assim define René Zicman, diretora executiva da associação, a relevância do processo de internacionalização, o qual implica uma perspectiva transversal, movimentando todos os âmbitos da universidade. Ela afirma que o

principal objetivo da conferência é difundir boas práticas de gestão dos assuntos internacionais, capacitando os agentes das 245 instituições associadas à FAUBAI.

O fato de a edição deste ano ocorrer em Porto Alegre amplifica a participação da UFRGS. Além de palestras, workshops (sobre dupla diplomação e colaboração com a Suécia) e de encontros com os representantes de relações internacionais de outras IES, a equipe da Relinter também estará envolvida com questões operacionais. Haverá, ainda, cerca de 15 alunos de graduação – em particular do Instituto de Letras, já que uma das línguas do evento é o inglês – que ajudarão na organização. Segundo Nicolas Maillard, secretário de relações internacionais da Universidade, a presença da conferência na cidade possibilitará que alguns servidores e professores da UFRGS participem do evento para se capacitar. “Muitos conferencistas estrangeiros querem também aproveitar e visitar a UFRGS, o que envolve potencialmente muitas unidades”, completa.

Com uma programação bem variada, a dinâmica da Conferência FAUBAI busca favorecer o esta-

belecimento de novos contatos e a criação de redes de relação entre os associados, e destes com órgãos internacionais. Entre workshops, conferências, plenárias e sessões paralelas, os participantes têm acesso a diferentes temas, como responsabilidade social, cooperação estratégica e políticas linguísticas. Um dos destaques em termos de estratégias de inovação é a mobilidade virtual por meio da Aprendizagem Internacional Colaborativa Online (COIL, na sigla em inglês).

De acordo com Nicolas, não há perspectiva de lançamento de programa de mobilidade durante o evento. No entanto, a CAPES ministrará uma palestra para divulgar o novo programa com foco na internacionalização das universidades que tem nome provisório de Mais Ciência, Mais Desenvolvimento – é a partir dele que as instituições de ensino superior receberão apoio para projetos centrados na cooperação internacional. Além disso, “muitos parceiros estrangeiros que encontramos no evento são contatados pela Relinter para intermediar vagas para intercâmbio”, pondera.

Nicolas lembra que a Conferência FAUBAI tem crescido muito nos

últimos cinco anos em função do reconhecimento internacional que o programa Ciência sem Fronteiras possibilitou. René reforça que o grau de interesse das agências e programas de outros países é muito grande. “O programa cumpriu um papel importante, colocando o Brasil no mapa. Os estudantes, de forma geral, tiveram resultados muito positivos, o que, por consequência, reflete a imagem das universidades brasileiras. Isso gerou um novo interesse, criando predisposição maior para a cooperação”, arremata.

O secretário da Relinter aponta que redes de educação internacional como a FAUBAI são de extrema relevância para a Universidade. “Uma instituição sozinha dificilmente convencerá uma universidade russa ou italiana de sua excelência – todo estrangeiro enxerga a UFRGS dentro de uma realidade municipal, estadual, nacional e regional (Latino-americana). Precisamos de uma atuação forte nestes quatro níveis para ter projeção internacional. Por outro lado, o peso acadêmico da UFRGS significa também que essas redes se beneficiam de nossa presença e de nossa experiência internacional. Os benefícios são mútuos”, avalia.

### PPG Música

## 30 anos de existência

Em 2017, o Programa de Pós-graduação em Música da UFRGS, único da área de artes no país com conceito máximo na CAPES, comemora seus 30 anos. O evento receberá importantes pesquisadores da área da Música do Brasil e do exterior, entre eles o professor Rubén López Cano, da Escola Superior de Música da Cataluña, Espanha. As atividades ocorrem no Auditorium Tasso Corrêa do Instituto de Artes entre os dias 17 e 19 de abril.

### Semana da África

## Participação feminina

A quinta edição da Semana da África na UFRGS recebe, até o dia 30 de abril, a inscrição de resumos para apresentação de trabalhos. Neste ano, a temática será *Gênero e Participação Feminina*. O evento, que acontece entre 23 e 26 de maio, contará com mesas de discussão, palestras, oficinas e apresentações culturais sobre diversos aspectos dos povos africanos e sua relação com os afrodescendentes e as culturas negras do Novo Mundo.

### Assista ao programa

*Pesquisa em Pauta* sobre Cultura Digital e Mídias Móveis vai ao ar no dia 19 de abril, na UNIV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também pode ser assistido pelo site [www.univ.tv.br](http://www.univ.tv.br)



# Em segundo plano

## Reassentamento Construção da nova ponte do Guaíba gera apreensão em moradores afetados

O sol quente refletia no chão arenoso da Ilha Grande dos Marinheiros com uma energia intensa equivalente à que irradia dos que ali residem. Eram 15h de uma terça-feira, as crianças estavam brincando na rua de pés descalços, as mulheres conversando e fazendo artesanato em ateliês improvisados e outros moradores separando material reciclável em galpões. Essa tranquilidade quase rural é interrompida pelo som das estacas sendo cravadas ao chão a poucos metros dali. Trata-se da nova ponte do Guaíba que se aproxima e, com ela, a realocação de 546 famílias residentes na ilha.

A nova travessia prevê desafogar o congestionamento da primeira ponte, que tem o trânsito sistematicamente bloqueado pelos içamentos para a passagem de navios. Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), uma operação de vinte minutos resulta em um engarrafamento de até 5 km nos dois sentidos, o que prejudica o transporte de cargas e, conseqüentemente, a economia do estado. A construção iniciou-se em 2014 e, desde então, 45,29% da ponte foram concluídos, segundo o DNIT. As obras das novas unidades habitacionais, no entanto, ainda não foram iniciadas. “Eles [a construtora] ainda não estão trabalhando na ilha. No terreno [do assentamento], não. E o pessoal está preocupado com isso”, conta Nazaret da Silveira ou, como é chamada por todos, Dona Nazaret, líder comunitária da Ilha Grande dos Marinheiros. Essa apreensão é consequência da falta de informação prestada aos moradores sobre o reassentamento.

**Instabilidade** – De acordo com o DNIT, a equipe social visita diariamente a comunidade e as famílias que serão afetadas pelas obras, e representantes do departamento e do Consórcio Ponte do Guaíba realizam reuniões periódicas com as lideranças comunitárias. Ainda assim, Juliana Borges, moradora da área que cederá lugar à ponte, ainda tem dificuldade de visualizar o seu futuro. Enquanto separa lixo no galpão de reciclagem nos fundos da sua casa, conta que não sabe como será a sua nova moradia nem como irá trabalhar no local onde será reassentada. Ao ser questionada sobre as reuniões com o DNIT, reclama: “Eles falam



Na ilha Grande dos Marinheiros, as marcas feitas pelo DNIT indicam as casas que serão destruídas para a construção da nova ponte do Guaíba. Dezenas de famílias que serão desalojadas pela obra e pela via, necessidade antiga do estado, ainda não sabem para onde irão.

de coisas que não têm nada a ver com a gente”.

A incerteza também ronda a família de Juliana Leal, moradora também impactada pelas obras, que ainda fala receosa sobre o futuro da sua irmã. Ela e a família foram cadastradas em 2014. Um tempo depois, porém, traficantes as pressionaram para se retirarem do terreno. Além disso, na época em que o cadastro foi realizado, sua irmã não estava morando com a família no local. Ao retornarem ao terreno, foram construídas três casas: a de Juliana, a dos seus pais e a da sua irmã. “Eu conversei com o chefe do DNIT, ele me falou que é o primeiro cadastro é o que vale. Ele disse que eu com certeza não fui excluída. Mas e a minha irmã, que tem três filhas, como é que ela vai ficar se não fez o cadastramento? Ela vai morar onde com as três crianças dela?”, desabafa.

Rai Nunes dos Santos, mestrandando em Geografia da UFRGS que realizou um estudo com as comunidades afetadas, acredita que o fato de os moradores atingidos pelas obras da nova ponte não terem certeza de quando terão que sair de suas casas gera um sentimento de apreensão. “As pessoas param de investir na sua própria casa. Elas param de fazer melhorias e, a cada tempo que passa, vão vivendo em condições piores, porque elas sabem que as suas moradias serão removidas e não querem botar o dinheiro delas ali”, explica. Esse dilema é mais um motivo de preocupação para os moradores, que já enfrentam enchentes que inundam e destroem suas casas. Segundo o mestrandando,

os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros têm uma capacidade cultural de habitar e viver nesse local alagadiço, construindo casas sobre palafitas para amenizar os estragos com as chuvas.

**Projeto** – Ao contrário da instabilidade que afeta os moradores da ilha, os projetos de obra desenvolvidos pelo DNIT estão sendo aprovados pelas instâncias governamentais e vêm sendo implementados. No projeto de reassentamento da Ilha Grande dos Marinheiros, foram concluídos até o momento a aprovação da Lei de Diretrizes Urbanas, o Licenciamento Ambiental Prévio – visto ser uma área de preservação permanente – e os Estudos de Viabilidade Urbanística. Encontram-se em fase de aprovação os projetos de infraestrutura pela Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária (CAADHAP) e a desapropriação das áreas.

Segundo o DNIT, o loteamento habitacional será construído ao sul da Rodovia BR 290, na própria ilha. Serão 240 apartamentos e 321 casas, além de áreas de lazer, centro comercial, escola, galpão de reciclagem, Centro de Referência de Assistência Social, entre outros equipamentos públicos. As residências seguirão as definições do programa Minha Casa, Minha Vida, com tamanhos mínimos de 32m<sup>2</sup> para casas e 37m<sup>2</sup> para apartamentos. De acordo com o departamento, o projeto de reassentamento foi formulado com base nas características das famílias e da realidade da comunidade diagnosticadas por meio do

processo de cadastramento.

**Identidade** – Para o professor do departamento de antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Rafael Victorino Devos, autor de uma etnografia sobre a ilha, um processo de reassentamento para os moradores é uma realocação do seu espaço de convivência. “Deve ser levado em conta o fato de um espaço habitacional não ser apenas o metro quadrado da casa, mas diz respeito aos quintais, às ruas, à relação que se tem com o próprio ambiente, às relações de vizinhança e parentesco, que vão ser mudadas”, ressalta Rafael. A principal fonte de renda dos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros advém da reciclagem, o que muitas vezes acaba se tornando parte de suas casas, como é o caso da Juliana Borges, que trabalha em um galpão de reciclagem improvisado nos fundos da sua casa e passará a trabalhar em um galpão comunitário. Além disso, por ser uma área muito arborizada, com um ar interiorano, muitos moram em locais isolados. “Pode ver, aqui a gente não tem vizinho”, aponta Juliana Leal para

os terrenos ao lado da sua casa e acrescenta: “Vizinho é só a família mesmo. A gente não é acostumada com rádio, com barulho, porque somos só nós. A gente não incomoda ninguém”.

Rafael assevera que um processo de reassentamento deve levar em consideração a identidade da comunidade. No mesmo sentido, Rai frisa: “Os moradores precisam de espaço para coleta de material, horta comunitária, criação dos animais, creche para as crianças”. No entanto, Rai aponta que o vídeo produzido pelo DNIT sobre o projeto de reassentamento pressupõe uma realidade que não se equivale à dos moradores da Ilha. “O projeto prevê os prédios *clean*, sem nada, com vários estacionamentos para carros.” Para o mestrandando, a ideia que o projeto das unidades habitacionais passa é de uma realidade em que os moradores vão de carro para o centro trabalhar. Contraditoriamente, porém, o projeto da ponte não prevê a construção de uma alça de acesso aos moradores da ilha.

Vanessa Petuco, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

## Remoções

Junto às 546 famílias da Ilha Grande dos Marinheiros, também serão realocadas outras 468 das Vilas Tio Zeca e Areia, contabilizando um número total de 3.200 pessoas. As vilas se localizam entre as avenidas Frederico Mentz e Voluntários da Pátria, no bairro Farrapos. Os moradores das vilas serão reassentados para dois loteamentos habitacionais: um próximo ao local atual e outro na Avenida Ernesto Neugebauer. Além disso, ficou acordado entre os representantes do DNIT e os líderes comunitários de ambas as comunidades afetadas que não haverá realocações para casas de passagem.



# Respirando com aparelhos

## Saúde Entidades voltadas para políticas de prevenção e auxílio em saúde têm dificuldades de manutenção

Samantha Klein

Prestes a completar 28 anos de existência, um dos símbolos do ativismo e da luta contra a epidemia da Aids em Porto Alegre está se apagando por conta da falta de recursos. Sem um espaço em condições de receber o público vítima do vírus HIV e também da tuberculose e sífilis – doenças que voltaram a ganhar força –, o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa/RS) realiza apenas ações pontuais. Pouco resta das intensas atividades que começaram em 1989.

A primeira frase da presidente do Gapa é categórica durante conversa no local que está fechado há meses. “Esta casa representa muito da história da luta contra a Aids no Rio Grande do Sul”, diz Carla Almeida. Localizada na Rua Luiz Afonso, no bairro Cidade Baixa, o pagamento do aluguel pelo governo estadual foi suspenso em 2008 e o proprietário tem uma ação judicial de desapropriação em andamento. A Secretaria Estadual da Saúde, por sua vez, diz que não pode dar tratamento diferencial para a entidade.

**Financiamento** – Manter as instituições de apoio nunca foi tarefa fácil, mesmo que as ONGs tenham

ganhado protagonismo a partir dos anos 1990. Se nos anos 70 e 80, no período da ditadura, instituições internacionais apoiavam ações sociais realizadas por grupos que não receberiam qualquer financiamento do governo federal, com a abertura política as fontes começam a secar.

“Com a redemocratização, entidades como a Cáritas Internacional, a Fundação Ford ou Pão Para o Mundo (Brot Für Die Welt), por exemplo, passam a ser muito mais criteriosas, o dinheiro sendo destinado a linhas específicas, como as ações com indígenas ou a promoção de políticas públicas em áreas da saúde. Da mesma forma, os captadores são cobrados a apresentarem os resultados sociais”, destaca a professora da Escola de Administração da UFRGS Rosinha Carrion.

Em 1995, é criado o Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (Gife), constituído pelos 42 maiores grupos empresariais do Brasil. Até aquele momento, as empresas faziam doações a quem batesse à sua porta. Com o Gife, a dinâmica transformou-se, e, em lugar da caridade, as companhias passaram a realizar investimentos sociais. “O Gife resolveu pensar estrategicamente a alocação de recursos. Com isso, os empresários também querem retorno social porque a marca deles está atrelada aos projetos”, complementa Rosinha.

Paralelamente à ação privada, o Estado também financia ações sociais das mais diversas áreas, em especial aquelas em que o poder público não consegue prestar serviços. É o caso da prevenção a doenças infectocontagiosas junto a populações carentes. Uma das ONGs que disputa editais é a Somos Comunicação e Sexualidade, voltada para educação junto à população

LGBT. “Nos próximos meses, a Somos vai colocar em prática uma ação de formação em direitos humanos nas escolas. Ganhamos o edital do governo estadual, mas o processo ainda está na fase de liberação de verbas”, sublinha o coordenador da entidade, Gabriel Galli.

A Somos vinha recebendo recursos da Fundação Schorer, tradicional instituição holandesa, mas os projetos voltados para a educação sexual de populações jovens cessaram. Gabriel ressalta que o fato de o Brasil ter crescido economicamente fez com que as entidades internacionais entendessem que os recursos poderiam ser alocados em outros países. “A imagem lá fora é uma, enquanto a realidade é outra”.

Ele destaca que as ONGs chegaram a um patamar em que não podem depender somente do poder público para financiar a manutenção das ações. Entre as alternativas, está a busca de recursos pela realização de eventos e a captação junto a sociedade civil. Na mesma linha, ele e Carla Almeida ressaltam que a militância foi desmobilizada. “Isso ocorreu nos anos de governo PT. Como não havia quadros técnicos nas secretarias de saúde, os militantes foram vinculados ao governo”, ressalta Galli. “Com isso, boa parte do poder de contestação foi perdido e as entidades perderam muito da sua capacidade de ação”, complementa Carla.

**O problema continua** – Se o status de epidemia da Aids foi controlado, com redução significativa dos casos de morte, ativistas alertam para o relaxamento nos cuidados em relação à prevenção contra o vírus. Na atualidade, as populações mais carentes e excluídas são as mais vulneráveis à doença, considerando

que as campanhas de prevenção realizadas pelo governo não chegam a elas. “Recebíamos muitos moradores de rua, não somente portadores do HIV, como também portadores da tuberculose. A sede do Gapa já foi um local adequado para receber essas pessoas fragilizadas. Hoje nem banheiro tem porque a água foi cortada”, destaca Carla Almeida.

O Rio Grande do Sul e Porto Alegre sempre aparecem entre as regiões com maior incidência da doença. Conforme dados do último boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, a capital apresentou taxa de 74 casos por 100 mil habitantes em 2015, valor correspondente ao dobro da taxa do Rio Grande do Sul e a quase quatro vezes a taxa do Brasil. Apesar de os números mostrarem retração do HIV – em 2014 foram registrados 90,3 casos por 100 mil habitantes –, Porto Alegre permanece entre as três capitais com maior índice de soropositivos do país, ficando atrás de Manaus e Belém.

**Outras instituições penam para se manter** – O problema do financiamento de ações de prevenção ou acolhimento não se restringe a ONGs voltadas a doenças infectocontagiosas. A Associação de Apoio a Pessoas com Câncer (Aapecan) promove a hospedagem para pessoas de baixa renda em tratamento na capital ou em cidades como Caxias do Sul e Santa Maria. A instituição vive basicamente de doações.

Em média, 16 pacientes com câncer ficam hospedados na residência localizada na avenida Ceará, em Porto Alegre, enquanto realizam tratamento com rádio e quimioterapia. No interior do estado, a procura é ainda maior, segundo a assistente social Lauriana Nardine.

“É importante porque são pessoas de baixa renda que precisam fazer de 30 a 40 sessões de radioterapia. O deslocamento de suas cidades para os municípios com hospitais de referência é muito cansativo para quem já está fragilizado pela doença.”

Em Porto Alegre, os anos de 2015 e 2016 foram muito difíceis em termos de manutenção da estrutura física da casa, assim como do pagamento de prestadores de serviços. “Uma equipe solicita auxílio através de telemarketing. Também temos pessoal voluntário na assistência jurídica, em geral, para a obtenção de medicamentos não disponibilizados pela rede pública”, considera Lauriana.

A Aapecan tem treze residências em diferentes municípios. A entidade sem fins lucrativos surgiu em Caxias do Sul em 2005 a partir de um grupo que já realizava visitas em hospitais. O trabalho avançou no auxílio para obtenção de medicamentos para dor e enjoo via judicial e cresceu para as casas de acolhimento durante o tratamento.

A ONG também realiza palestras em empresas. No momento, nenhum empresário financia as ações. “Recebemos doações em mantimentos e roupas. Contamos também com o repasse do Programa Nota Fiscal Gaúcha. Por isso, precisamos que o contribuinte escolha a Aapecan no site”, resume Lauriana.

Também na linha da conscientização em relação ao câncer, o Instituto da Mama RS (Imama) depende do voluntariado para espalhar a ideia de prevenção, já que até 95% dos casos desse tipo de enfermidade podem ser curados quando detectados na fase inicial. O Imama tem 140 voluntários, em geral mulheres que superaram o câncer. A ONG realiza mais de 150 palestras por ano, sendo metade no mês de outubro, em ações no chamado Outubro Rosa.

O Imama atende mulheres de todas as idades. Conforme os registros do Instituto, o câncer de mama segue em expansão, acometendo mulheres abaixo dos 40 anos. “Já recebemos casos de mulheres com menos de 25 anos. O exame de toque e o acompanhamento contínuo são fundamentais. É por isso que estamos lutando para retomar o projeto do Mamamóvel para atender mulheres em áreas vulneráveis ou nos municípios do interior, onde os recursos são muito mais escassos”, resume a voluntária Nyaya Nunes.

A Unidade Móvel do Imama (Mamamóvel) está sem função desde 2012 porque o mamógrafo está estragado. O equipamento custa cerca de 290 mil dólares. Agora, a ONG busca na realização de palestras a parceria para retomar o projeto. “A expectativa é grande, mas a realidade é dura. Sabemos que o valor é muito alto e que vamos precisar de ajuda da iniciativa privada para complementação dessa verba, além das doações de pessoas físicas nas ações de pedágio do projeto Mama Esperança”.

FLÁVIO DUTRA/JU

**A situação da sede do Gapa, que recebe dezenas de pessoas mensalmente, é o retrato da dificuldade de manutenção das ONGs com foco em questões de saúde**





# Responsabilidade social

## RU UFRGS é a federal que mais compra alimentos da agricultura familiar

A UFRGS é a federal com maior volume de compra de produtos da agricultura familiar para abastecer seus Restaurantes Universitários (RUs), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O montante de R\$ 6,9 milhões representa 61% do total comprado com pequenos agricultores pelas universidades federais entre 2012 e 2016.

O decreto n.º 8.473, lançado em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, exige que pelo menos 30% da aquisição de alimentos pela Administração Pública Federal seja proveniente da agricultura

familiar. Para o diretor da Cooperativa dos Suinocultores do Vale do Caí, com sede no município de Harmonia, a 70 km de Porto Alegre, Ronei Alberto Lauxen, o decreto representou um avanço para os pequenos produtores: “Está se dando de forma gradativa; vários órgãos ligados ao governo federal ainda não conseguiram entrar nessa modalidade de compra. Mas naquilo que já está sendo efetivado, a exemplo da UFRGS, representou uma oportunidade ímpar para a Cooperativa, que através desse modelo consegue colocar sua produção de forma mais justa, o que muitas vezes não ocorre nos varejos e nos grandes supermercados”. A Cooperativa dos Suinocultores do Vale do Caí possui aproximadamente mil produtores associados e fornece carne bovina e suína para a Universidade há dois anos.

Já a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (Coperav) começou a vender seus produtos para a UFRGS no

mês passado. A associação ganhou os editais de novembro de 2016 para a distribuição de cucas e de janeiro para o fornecimento de arroz integral. A venda dos alimentos vai incrementar R\$ 200 mil ao ano no rendimento. O número representa 10% do faturamento anual da Cooperativa. Cerca de 5 mil kg de arroz e 240 kg de cucas serão entregues por mês à Universidade.

**Políticas públicas para a agricultura familiar** – O professor de Agrilogia, ligado ao Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Rural da UFRGS, Fabio Kessler Dal Soglio, explica que políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tentam romper com o modo comercialização dominante. Anteriormente, o governo comprava apenas dos grandes produtores, hoje com esses programas, instituições federais (escolas, hospitais, exército e universidades) adquirem de agri-

cultores familiares. “Os produtores que fornecem para o PA e PNAE são aqueles que não tinham ligação com grandes empresas e que estavam sem acesso ao mercado. E, com essas políticas públicas, eles se organizam em cooperativas e acessam diferentes entidades do mercado institucional”, conclui.

Os associados da Coperav também têm experiência com a dificuldade de entrar no mercado convencional. No ano passado a associação tentou concorrer a um pregão (modalidade de licitação do tipo que vence o menor preço) de compras de vegetais higienizados, mas não teve sucesso. O Diretor de Vendas da Cooperativa, Uli Marcos Zang (que também é agricultor assentado), comenta que a concorrência com grandes empresas é desigual: “O preço de referência do pregão da cenoura estava a R\$ 20 o quilo, na disputa saiu por menos de R\$ 4. É um modelo que asfixia o produtor”. De acordo com Uli, os programas como o PA e o PNAE fortalecem muito a agricultura

familiar: “Um contrato com um órgão público como a UFRGS dá uma segurança para projetar a produção e de garantir estoque. A nossa cooperativa hoje é 90% PA e PNAE. Fora disso tem as feiras. Estamos buscando outros mecanismos de comercialização para não depender apenas do mercado institucional. Porém, esse mercado é algo mais seguro para o agricultor”.

**O valor dos pequenos produtores** - Fabio Dal Soglio, avalia que já houve avanço na busca de estratégias para o desenvolvimento rural de pequenos produtores através de políticas públicas. Ainda assim, considera que a agricultura familiar deveria ser o modo de produção mais cuidado pelo Estado e pelos brasileiros, porque envolve mais pessoas, possui maior diversidade de produto e garante a soberania alimentar do país. Além disso, segundo o professor, os alimentos provenientes desse segmento produtivo são mais frescos, seguros e saudáveis do que os oriundos de grandes produtores. “À medida que conseguimos estabelecer um contato próximo com o agricultor, o próprio produtor também sabe da sua responsabilidade de entregar um produto confiável, até porque interessa desenvolver um mercado local”, esclarece.

A Divisão de Alimentos da PRAE estima que em 2017 a compra de alimentos do modelo familiar de produção passará do mínimo de 30% exigido pelo decreto e chegará a 50% dos recursos destinados para o abastecimento dos RUs. O professor Fabio ainda chama a atenção para o compromisso social de apoiar agricultores familiares: “Nós (Universidade) estamos ajudando na conscientização da sociedade a fortalecer a agricultura familiar, de garantir um alimento produzido localmente. É uma responsabilidade social que a UFRGS pode assumir. Esse investimento tem que permanecer, independentemente de a política pública continuar ou não. Não pode ser por obrigação, mas por responsabilidade social”.

Cássia de Oliveira, estudante do 8º semestre de Jornalismo da Fabico.

FLÁVIO DUTRA/JU

**Padaria da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (Coperav) está vendendo parte de sua produção para os RUs da UFRGS desde março passado**



## Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor  
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

### ► Dos que não nasceram assim e pronto!

Depois de atravessar a longa jornada da adolescência e consolidar uma ideia de ser, com figurino próprio, cacoetes muito particulares, manias, habilidades e estilos (quase) genuínos – as condições mínimas para ser reconhecido, inclusive por mim mesmo –, tudo o que tanto afirmei (ser) com veemência e convicção produziu outra ideia fixa: o desejo de ser o que não fui. Assim, venho me autorizando versões de mim que me permitam percorrer outros caminhos, outras paisagens, fugir do círculo vicioso em que estou agarrado

feito mexilhão à pedra. Larrosa, já citado nesta coluna, aborda o problema de o quanto nos protegemos e de o quanto nos protegemos das experiências concretas, numa existência mediada (pelas mídias, pelos chefes, pelos pais, pelos mais velhos). Manter os mesmos modos de ser pode parecer aparentemente cômodo, afinal, nas novidades sempre há um desgaste inerente com rotinas não assimiladas, incertezas de resultados, o despender excessos de energia por falta de domínio dos fazeres. Manter-me rígido no que penso ser eu é, não menos, uma adição, um vício.

E se tivesse de pensar na quantidade de

centímetros cúbicos a cada vez que encho e esvazio os pulmões? Se tivesse de traçar um cronograma mirabolante para a minha digestão a cada dia? Se tivesse de fazer planilhas de cálculos a cada caminhada, aferindo a distância dos passos, as condições do terreno e dos ventos, o grau de inclinação, a minha capacidade energética, etc.? E se, a cada necessidade de me alimentar, rapinasse pelas ruas em busca da próxima vítima da minha fome? Há uma autonomia de certas funções do corpo que nos permitem planejar, criar, sonhar, revolucionar. Ser ao mesmo tempo impulso e razão. E ainda assim se leva uma vida para aprender a pilotar a própria

existência. Quando o curso se conclui, o percurso termina. Bem, é sábio não deixar as dívidas existenciais pendentes. Isso quer dizer que nada é protelável, dos amores à democracia.

[Na edição anterior, lançamos uma enquete para sabermos a opinião dos leitores sobre o Jornal da Universidade. Essa enquete é um movimento no sentido de deixarmos mapeados os caminhos entre a comunidade acadêmica urguiana e a redação do JU. É, portanto, fundamental a tua participação. O questionário pode ser acessado pelo link <http://bitly.com/2ISu5V1>. ]



# Múltiplas visões

**Saúde** *Rede Multicêntrica promove política de acolhimento a usuários de drogas*

As mãos balançam, o olhar desliza, a boca abre lentamente. As palavras demoram a sair, mas, quando pronunciadas, preenchem o espaço todo. As paredes do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III), do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), ecoam os versos cantados que refletem uma singularidade de vozes e pensamentos. “Sei que faço isso pra esquecer/Eu deixo a onda me acertar/E o vento vai levando tudo embora.” Rodrigo fala em voz alta para seus companheiros: “Essa música aí fala sobre nós!”. Ele é soropositivo há 10 anos e há um mês e meio saiu das ruas para o CAPS, local onde “o peso sai do corpo”. A letra de Renato Russo é onipresente para os usuários em tratamento.

O centro foi inaugurado em 2004 e em 2014 expandiu-se, com serviço 24h, para melhorar o acolhimento aos pacientes. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) divulgou, em 2011, edital para promover justamente a capacitação nas universidades dos profissionais que atendem nesses Centros de Atenção Psicossocial pelo Sistema de Saúde e de Assistência Social. A partir da iniciativa da UFRGS, então, estabeleceu-se a Rede Multicêntrica, em que são instituições parceiras o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), a Escola de Saúde Pública do Estado e a Fundação Hospitalar Getúlio Vargas de Sapucaia do Sul.

A rede tem o objetivo de auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade e marginalizadas socialmente por meio de cursos de formação continuada dirigidos a profissionais da Rede Pública. Desmistificar as teorias tradicionalistas que apontam a internação dos usuários como única solução para a erradicação do consumo de drogas é uma das metas: “Não é só a droga, a pessoa ou o contexto social, mas tudo isso em interação que deve ser estudado”, afirma a coordenadora da rede, Sandra Torossian, que vê a necessidade de mudança nas práticas de tratamento aos dependentes.

**Empatia** – Um dos propósitos dos cursos é trazer informações e discussões aos profissionais que fujam do discurso de medo e preconceito produzido pela mídia e pela indústria farmacêutica. Para Sandra, o que deve sobressair é o acolhimento. “As pessoas que usam drogas têm sido expulsas das escolas e dos lugares que cuidam da saúde. Se a gente acredita que o indivíduo não tem capacidade de administrar o consumo, este piora ainda mais, porque a gente retira dos locais que lhe poderiam oferecer auxílio”, relata.



No Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III - CAPS AD III, na Zona Norte de Porto Alegre, o grupo Tocante, formado por técnicos e pacientes, atua com atividades musicais. Darlan Santos (à direita) canta *Estrada*, da banda Cidade Negra, música que escolheu.

A construção de um trabalho social como alternativa à internação e o debate de temas como a legalização das drogas são diretrizes presentes nos seminários da Rede Multicêntrica – que frequentemente contrastam com as políticas atuais, em que predominam a criminalização dos usuários e o estereótipo de que são doentes e devem ser internados. “Deve-se romper a ideia hegemônica entre os profissionais de que a abstinência equivale à cura. A abstinência é uma alternativa, mas não a única. Adotamos a ideia de redução de danos, em que pode continuar havendo o consumo da droga, mas de forma que não prejudique a pessoa e as suas relações”, comenta Sandra. Essa perspectiva é colocada em prática no CAPS AD III, já que o tratamento é conduzido em diálogo com o paciente, conforme seu tempo e necessidade.

Desde seu ponto de vista, Daniel explica a questão: “O CAPS nos faz sentir não apenas um dependente químico, mas alguém que tem história; não como um drogado que veio pedir ajuda, mas como um ser humano que um dia teve família, estudou, teve uma profissão”. Vinculado desde 2014, ele está realizando o tratamento na expectativa de voltar a trabalhar com educação popular – algo que ama. Aos 43 anos, não tem mais contato com a família.

Daniel encontra no Grupo Tocante, do CAPS do Hospital Conceição, a catarse. A oficina ocorre todas as quartas-feiras pela manhã. Ministrada pelo psiquiatra e músico Vauto Mendes, é o momento em que os pacientes se reúnem em roda para cantar músicas que expressem suas emoções. “Eu senti no grupo de música a mesma emoção que sentia quando estava chapado. Isso é um grande diferencial para mim”, afirma. Seu sonho é um dia ter uma mesa redonda, com todo tipo de profissional da saúde, mas também com usuários, todos discutindo de igual para igual. A purificação completa dos sentimentos é a sensação que transmite ao falar.

**Ressocialização** – Também integrante da oficina, Darlan dos Santos está há uma década em tratamento. Também com 43 anos, finalmente começou a gostar de viver. Devido ao falecimento de seu irmão mais novo e à morte do pai, as drogas o atraíram quando tinha 15 anos. As perdas sugaram a sua energia, resultando em recaídas e na moradia de rua. Agora, sua consciência está focada no tratamento no CAPS AD III: “Quero ser alguém melhor. Quero retornar à sociedade, algo que perdi. Sair ao cinema, ir num bar, num supermercado. Enfim, coisas que não fazia mais. A vida era uma caixinha de fósforos”,

conta. No Grupo Tocante, Darlan se empolga ouvindo *Estrada*, da banda Cidade Negra. A música expressa aquilo que não consegue falar e melhora a sua comunicação e a autoestima. “Você não sabe o quanto eu caminhei/Pra

chegar até aqui”. A estrada segue, a canção recomeça e penetra em diferentes percalços que a vida carrega.

Camila Souza, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

## Novas ideias

Os cursos da Rede Multicêntrica começaram efetivamente em 2012, sem quaisquer problemas no financiamento até 2014, que exigiu uma verba de R\$ 400 mil, mas que foi reduzida à metade. Em 2015 e 2016, não houve financiamento pela SENAD. Para não interromper as atividades, a rede procurou outras formas de obter verbas: foi firmada parceria para assessorar a Infância e Adolescência do município de Esteio e, desde 2016, há atuação também em Novo Hamburgo, com recursos do Ministério da Saúde. Entretanto, neste ano, o financiamento da Secretaria retorna: estima-se que o orçamento ultrapasse R\$ 200 mil, já que se incluirá a temática da violência no projeto.

Aluna de um dos cursos oferecidos pela rede em 2014, Silvana Klein, assistente social da prefeitura de Dois Irmãos, comenta que se confrontou com uma nova leitura da realidade dos usuários: “É a ideia de intervenção baseada numa política de atenção integral”, pontua. A atividade englobava conteúdos sobre redes de acolhimento, atenção psicossocial, situação das populações de rua e saúde e educação popular.

Segundo Silvana, o conhecimento adquirido nas aulas proporcionou outros instrumentos de trabalho. Ela já atuou no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I. O curso de que participou foi fundamental para que repensasse o acolhimento oferecido pela instituição: “Fez com que discutíssemos o plano terapêutico singular (de cada um), a fim de elaborarmos uma intervenção em que pudéssemos atuar de forma multiprofissional. Como assistente social, auxiliou-me a ter mais conhecimento na área da saúde e a articular com outras políticas, fomentando a discussão sobre a rede de atendimento psicossocial”, pondera.



# Educação Infantil: direito de todas as crianças!



FLÁVIO DUTRA/JU

Simone Santos de Albuquerque\*

É possível afirmar que a concepção da Educação Infantil, nas últimas décadas do século XX, vem evidenciando mudanças significativas em relação ao seu reconhecimento como direito de todas as crianças brasileiras de 0 a 6 anos, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96-LDBEN), que a inseriu na primeira etapa da educação básica. Outro marco importante foi a instituição em 1998 e 1999, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, que explicitou princípios e orientações aos sistemas de ensino.

Dez anos depois, em 2009, com base em uma grande consulta a diferentes setores da sociedade (pesquisadores, militantes, equipes pedagógicas municipais), e em face dos inúmeros desafios que se apresentavam – como a necessidade de ampliação de vagas, formação dos professores e elaboração das práticas pedagógicas –, foi feita a revisão das diretrizes curriculares, o que culminou na elaboração do Parecer CNE/CEB n.º 20/09 e da Resolução CNE/CEB n.º 05/09, documentos estes que explicitaram a identidade da Educação Infantil. Neste sentido, destaca-se o trecho da referida resolução:

**Art. 5.º** A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou

privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

**§ 1.º** É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

**§ 2.º** É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

**§ 3.º** As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

**§ 4.º** A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

**§ 5.º** As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

**§ 6.º** É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Podemos, portanto, afirmar que hoje a Educação Infantil brasileira conquistou uma identidade, sendo ela constituída com base na produção teórica e acadêmica realizada pelas diferentes universidades brasileiras, bem como por intermédio do debate realizado com os movimentos sociais organizados.

Nesse processo histórico, destacam-se dois

protagonistas importantes: a COEDI (Coordenação da Educação Infantil do Ministério da Educação), que promoveu a elaboração de pesquisas em parceria com as universidades, produzindo e divulgando documentos, relatórios e recomendações, entre várias outras ações que têm contribuído significativamente com a formação de professores e gestores da Educação Infantil; e o MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), que tem pautado o debate da Política de Educação Infantil no que se refere ao direito das crianças, num movimento articulado com todos os estados brasileiros.

Importante destacar que, muito embora tenhamos a identidade e a concepção legitimadas no plano teórico e legislativo, os desafios existentes, em especial quanto à oferta de vagas com qualidade, permanecem. A Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) deste decênio (2014-2024) previa universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, buscando atender até o final do decênio, no mínimo, 50% das crianças de até três anos.

Seria, portanto, necessária a criação de 3,4 milhões de vagas em creche e 700 mil vagas na pré-escola. No entanto, a aprovação da PEC 55 no Senado Federal significou a negação do direito à educação a milhares de crianças brasileiras, na medida em que o congelamento dos investimentos compromete seriamente a meta 1 do PNE, uma vez que a educação não receberá novos aportes financeiros, mas apenas a atualização monetária, ocasionando uma estagnação no aumento de vagas.

Evidente que medida dessa natureza, diante dos perfis socioeconômico, racial e regional estabelecidos num país de desigualdades, acarretará prejuízos maiores sobretudo a crianças negras, pobres e moradoras das áreas rurais, porquanto são estas que têm menos acesso à Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

Além disso, o governo Temer novamente surpreende com a proposta do Programa Criança Feliz, que, deixando de priorizar a escola, tem como base a educação e a saúde da criança no contexto da família. Assim, será necessário muito cuidado para o desdobramento desse programa. O fortalecimento da lógica da ampliação de programas e ações focais tiram a Educação Infantil do contexto dos direitos, inserindo-a como medida para aliviar os resultados de políticas econômicas que se fundamentam na ideia de gastos mínimos na área social. É possível reconhecer nessa iniciativa o que Fúlvia Rosemberg afirma serem “políticas pobres para as crianças pobres”.

O processo histórico de efetivação dos direitos fundamentais das crianças encontra-se em xeque. É necessário enfrentamento para não permitir o retrocesso, garantindo a efetivação de uma política nacional em prol das crianças pequenas. O Fórum Gaúcho de Educação Infantil é o espaço para a resistência e a luta permanente em favor do direito de todas as crianças gaúchas a essa etapa da educação.

\* Professora da Faculdade de Educação (FACED/UFRGS) e integrante do colegiado do Fórum Gaúcho de Educação Infantil



# Otimismo na Fapergs

**Pesquisa**  
**Novo diretor-presidente do órgão de fomento do RS analisa a atual situação e aponta perspectivas futuras**

Everton Cardoso

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) tem, desde janeiro, novo diretor-presidente: Odir Dellagostin. Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e com doutorado e pós-doutorado em Biologia Molecular pela University of Surrey, assume o principal posto de gestão da agência num momento em que se mesclam baixas expectativas com algumas perspectivas mais promissoras. Pesquisador de carreira – dedica-se a estudos sobre vacinas em laboratório que coordena em sua universidade de origem –, acumula experiências como diretor da unidade acadêmica em que atua, como pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação e ainda como integrante e coordenador de diversos comitês de sua área. Em entrevista exclusiva ao Jornal da Universidade, fala sobre a situação atual da agência de fomento à pesquisa mantida pelo estado do Rio Grande do Sul, sobre seus projetos à frente da instituição e sobre as ações previstas para 2017.

**Quais as expectativas ao ocupar o cargo de diretor-presidente?**

Assumir este novo desafio é tranquilo, já que é um meio no qual já transito há muito tempo. É claro que na posição de diretor-presidente eu tenho responsabilidades ainda maiores do que as que tinha antes. Quando se é pesquisador, se vê problemas e se faz críticas, principalmente porque há muita burocracia. Estando aqui, vejo que muitas coisas são realmente importantes e necessárias. Exemplos disso são os processos administrativos, o controle dos projetos e as prestações de contas. A Fapergs é cobrada por órgãos como o Tribunal de Contas e a Controladoria Geral do Estado. Então, se os gestores daqui não conduzirem dessa forma, vão ser apontados e até penalizados.

**Como esses processos podem melhorar?**

Algumas questões burocráticas podem ser flexibilizadas. O manual de prestação de contas precisa ser ajustado com as atuais exigências por parte dos órgãos de controle. O Conselho Nacional de Desenvol-

vimento Científico e Tecnológico (CNPq), que é uma referência, já vem modernizando seus processos, então aqui também deveria ser possível. Alguns investigadores chegam a pensar em deixar de submeter projetos por considerarem que se incomodam muito com esses trâmites. Se essa percepção for generalizada, a Fapergs vai deixar de existir. Temos, então, de procurar observar os problemas que o pesquisador enfrenta e facilitar, dentro do possível, visando tornar o trabalho o menos burocrático possível.

**O que provoca essa burocracia?**

A maioria dos órgãos controladores olha para as agências de fomento à pesquisa como se fossem uma prefeitura que executa um projeto de pavimentação de uma rua, de construção de uma ponte. Mas a pesquisa científica não funciona da mesma forma. Num projeto de pesquisa se faz uma previsão, mas dificilmente se consegue seguir exatamente pelo rumo inicialmente previsto. Dependendo dos resultados, é preciso mudar o caminho, mudar o orçamento. O mais importante a se observar na prestação de contas é se o pesquisador desenvolveu bem seu trabalho e se chegou ao resultado que buscava. Nós sabemos aqui, internamente, como funcionam esses projetos, mas precisamos mostrar isso para os auditores.

**Como está a atual situação financeira da Fundação?**

O orçamento é muito baixo. Não sofreu alterações com relação aos dois últimos anos. Segue na faixa dos 26 milhões, sem reajuste nem correção da inflação. Então, objetivamente, tenho que dizer que está mais baixo. Mas a Fapergs não tem dívidas. Com a regularidade nos repasses do governo do estado, a Fundação está conseguindo manter os pagamentos das bolsas, dos projetos e recursos concedidos. Houve alguns atrasos na divulgação de resultados no ano passado, mas eram editais em convênio com o CNPq – Programa Primeiros Projetos (PPP), Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) e Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM). O CNPq não aportava os recursos que cabiam a ele, então a Fapergs também não podia pagar antecipadamente. Além disso, nos últimos dois anos tivemos parte do orçamento comprometido com compromissos assumidos em anos anteriores. Para 2017, não temos nada. Então, ainda que com o mesmo valor de repasse que tivemos no ano passado, temos um montante um pouco maior para fazer novos investimentos e lançar novos editais.

**Qual a situação da Fapergs em se comparando com as agências de outros estados?**

Fiz esse levantamento na reunião do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), em março. Estamos comparativamente muito

mal. Obviamente, no Brasil, a referência é a Federação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Tem um orçamento anual de R\$ 1,2 bilhão. No ano passado, a Fapergs chegou a R\$ 45,3 milhões, se incluídos os recursos de convênios. Em valores absolutos, estamos provavelmente na décima posição. Mas, hoje, no Rio Grande do Sul, temos aproximadamente 15 mil doutores atuando em pesquisa. Quando fazemos a divisão do total alocado pelas fundações de amparo pelo número de doutores de cada estado, vemos que estamos ainda piores. São Paulo continua em primeiro lugar, com o equivalente a R\$ 33 mil por doutor ao ano. O Rio Grande do Sul está em antepenúltimo lugar, com R\$ 3,5 mil por doutor por ano. Mesmo assim, a Fapergs é vista como importante no país, pois é tradicional. Foi a segunda a ser criada.

**Há alguma perspectiva de aumento de recursos financeiros?**

Vamos trabalhar ao longo deste

ano para talvez conseguir suplementação do orçamento ou pelo menos para que no ano que vem os valores sejam maiores. O grande desafio é conseguir sensibilizar os gestores e os políticos de que o investimento em pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico certamente auxiliarão o estado a sair desta crise. Países desenvolvidos, nesses momentos, ampliam o investimento nessa área. Não podemos ir na contramão. O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro com a maior densidade de doutores; tem 139 por 100 mil habitantes. Portanto, temos uma capacidade de trabalho muito boa. Se conseguirmos garantir recursos para esses doutores desenvolverem suas atividades, tenho certeza de que o resultado será favorável.

**O que se pode esperar para este ano em termos concretos?**

Vamos lançar o Pesquisador Gaúcho (PQG), que é nosso edital universal e contempla todas as

áreas de conhecimento. Também temos previsto um edital Auxílio recém-doutor (ARD). Essa modalidade existe há muito tempo na instituição e contempla projetos pequenos, de valores não muito altos. Mas o pesquisador que está iniciando a carreira consegue fazer muita coisa. Não tivemos essas modalidades nos últimos dois anos, então acho que a comunidade científica está esperando muito que isso seja retomado. Ambos estão previstos para sair até o final de abril. Também estamos renovando um acordo com a Capes para bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, para programas de internacionalização da pós-graduação e para compra ou manutenção de equipamentos. Este está planejado para maio. E no segundo semestre teremos novos editais com vigência a partir de março do ano que vem. Vamos sair de um período em que tivemos três ou quatro editais por ano para um em que teremos no mínimo 12 editais.



FLAVIO DUTRA/JU



# Presença alemã em Porto Alegre

**Pesquisa UFRGS e PUCRS recebem o Centro de Estudos Europeus e Alemães para fomentar cooperação e intercâmbio**

Everton Cardoso

Vinte programas de pós-graduação das áreas de Humanidades e 58 pesquisadores da UFRGS e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) integram, a partir deste mês, o Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA). A iniciativa está sendo lançada durante o Congresso Acadêmico que discute desafios atuais da ciência e apresenta a instituição. De acordo com a professora da Faculdade de Direito da UFRGS e diretora do CDEA, Claudia Lima Marques, um projeto-piloto já selecionou dez estudantes de pós-graduação oriundos de diversos estados brasileiros para uma nova ênfase em direito europeu e alemão no PPG em Direito – do qual a docente é coordenadora. “Além de aulas, haverá um bloco de seminários interdisciplinares sobre os grandes temas da atualidade e disciplinas conjuntas entre os PPGs da PUCRS e da UFRGS, com a vinda de professores visitantes alemães”, explica.

Ainda neste mês, já ocorre o evento *Heidegger, Hölderlin e a Tecnologia*, com os palestrantes Laurence Hemming (Lancaster University), Kathrin Rosenfield (UFRGS) e Michael Schulz (Universität Bonn). Em parceria com o consulado-geral da Alemanha em Porto Alegre, o CDEA realiza, em novembro, seminário sobre a Reforma Luterana. De acordo com o cônsul-geral, Stefan Traumann, estarão reunidos pesquisadores e cientistas para discutirem a importância da reforma, que completa 500 anos.

O decano da Escola de Humanidades da PUCRS e vice-diretor do CDEA, Draiton Gonzaga de Souza, destaca que o centro trará para as universidades um significativo aporte de recursos para intercâmbios de docentes e discentes, principalmente de pós-graduação, para publicações e para a promoção de encontros. O secretário de Relações Internacionais da UFRGS, Nicolas Maillard, sublinha que esta é a primeira vez que a Alemanha faz investimentos dessa magnitude para fomentar pesquisa e pós-graduação no Brasil. Com um orçamento de mais de R\$ 800 mil ao ano, o centro trará docentes e estudantes alemães para dentro da PUCRS e da UFRGS. “Internacionalização em casa é importante também”.

**Expansão e continuidade** – Conforme Martina Schulze, diretora do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico no Brasil (DAAD) – organismo fomentador do projeto –, este é um momento importante para a expansão das relações da Alemanha com o mundo. “Em Porto Alegre, encontramos um ambiente bem favorável para esse tipo de instituição interdisciplinar”. O CDEA que ora se instala na cidade é o vigésimo no mundo, mas o primeiro no Hemisfério Sul.

A proposta levada adiante pela UFRGS e pela PUCRS acabou selecionada entre as oito apresentadas. De acordo com Draiton Gonzaga de Souza, a grande vantagem foi a já longa tradição na cooperação com a Alemanha. “A escolha representa o reconhecimento do trabalho feito até agora”. A professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia da UFRGS Clarissa Baeta Neves

é exemplo dessas iniciativas em colaboração. Ela concluiu seus estudos de doutoramento na Universidade de Münster em 1979 e desde então tem mantido intercâmbio de pesquisa. Em seus estudos sobre os sistemas universitários europeu e brasileiro, tem viajado à Alemanha para observar a realidade de lá. “O CDEA não é ponto de partida, mas vai dar mais visibilidade para o que já vínhamos fazendo; vai ampliar a cooperação”. O professor, pesquisador e coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito da PUCRS Ingo Sarlet também está entre os docentes que já têm com a Alemanha uma relação de longa data: organizou seminários com pesquisadores de diversas instituições daquele país, preparou livros em cooperação e foi pesquisador visitante em institutos de lá. “O Centro vai permitir que se construam novas parcerias conjuntas em nível sustentável em médio e longo prazos. Isso é muito importante para o avanço científico”.

**Laços estreitados** – A histórica ligação do Rio Grande do Sul com a Alemanha, sobretudo pela presença de descendentes de imigrantes alemães no estado, foi também um fator importante na vinda do CDEA para Porto Alegre. Segundo o cônsul-geral Stefan Traumann, tal proximidade agora oferece às novas gerações a possibilidade de, por meio da academia, estreitarem essas relações. “Muitas vezes, as pessoas na Alemanha não sabem muito sobre a situação do Brasil, e a mesma coisa aqui com relação à Europa”.

De acordo com a professora Claudia Lima Marques, o reflexo

do CDEA será positivo não só em nível local, mas para o Brasil como um todo. “A localização de Porto Alegre é muito favorável, pois temos uma rede de parceiros latino-americanos, amizade com várias universidades do sul da América do Sul”. Para o reitor da UFRGS, Rui Oppermann, esse é um sinal de confiança do governo alemão com relação a Porto Alegre e às universidades que encabeçam o projeto. “A UFRGS está empenhada há tempo na internacionalização. Estamos interessados na construção de projetos com pesquisadores de outras instituições.” Também o reitor da PUCRS, Ir. Evilázio Teixeira, realça a importância deste momento: considera uma honra sediar o Centro. “É algo muito bom não só para a Universidade, mas para o Rio Grande do Sul e o Brasil”, enfatiza.

A professora Claudia Lima Marques ressalta que esta é uma oportunidade bastante interessante para as Humanidades, já que a área não costuma ser beneficiada com projetos de longa duração. Nesse

sentido, missões de pesquisa, mobilidade estudantil, bolsas, prêmios e a criação de novos cursos de mestrado e especialização interdisciplinares servirão para constituir redes de trabalho em estudos europeus e alemães nesse campo de conhecimento. A temática a que se dedicará o Centro, inclusive, é uma questão relevante, na opinião da vice-reitora da UFRGS, Jane Tutikian. “Se pensarmos em todas as modificações por que o mundo passou nas últimas décadas, vemos um avanço da tecnologia, da comunicação, das áreas mais duras. As universidades, em termos internacionais, acompanham esse movimento”, analisa. Assim, um projeto que valoriza as áreas que têm recebido menos realce reverte esse processo e traz à luz um conjunto de campos de conhecimentos que são, segundo a docente e pesquisadora, indispensáveis para a evolução humana. Assim, a proximidade com a Alemanha leva a pesquisa brasileira a estreitar uma relação importante com a tradição das Humanidades, que está, sobretudo, na Europa.

## Parceria importante

Segundo Claudia Lima Marques, a colaboração entre PUCRS e UFRGS é mais um passo num processo que já tem antecedentes históricos. “Apresentamos um projeto que reforça as excelências em cada uma das duas instituições”, aponta. E isso se enfatiza, de acordo com a diretora do CDEA, pelo fato de ambas as universidades terem um histórico de relação com a Alemanha há bastante tempo. Para o reitor da UFRGS, Rui Oppermann, este momento reforça as relações interinstitucionais existentes entre as duas universidades porto-alegrenses. “É uma parceria efetiva que se consolida entre as duas. Prova o quanto a união de esforços nos faz mais fortes”. Para a pesquisadora Clarissa Baeta Neves, o CDEA representa uma espécie de ‘selo de qualidade’ para essa parceria. “O Centro nos foi concedido pelo que já vínhamos produzindo juntos. Agora, vai nos permitir aprofundar nossas relações, nossos estudos e nossas pesquisas”.

REPRODUÇÃO: FERNANDO ZAGO/STUDIOIZ



A obra *Variações para um rinoceronte*, produzida pelo Núcleo de Arte Impressa do Instituto de Artes/UFRGS em 2015, fez parte da exposição *Deambulações: entre gravuras e rinocerontes* e do seminário *Gravura, Palavra, Imaginário*, comemorativos aos 500 anos da gravura *Rhinocerus*, do alemão Albrecht Dürer, que exerceu profunda influência nas artes. Organizados em parceria com o Goethe-Institut, tais eventos contribuíram para o intercâmbio Brasil-Alemanha, reforçando a histórica relação do RS com o país europeu.



# Construções ecológicas

**Engenharia** Alternativas sustentáveis para produção e uso do cimento

As selvas de pedra encontradas em centros urbanos ilustram um dado importante da Associação Brasileira de Cimento Portland: o concreto é o segundo material mais consumido pela humanidade, superado apenas pela água. Em 2016, o Brasil fez uso de mais de 57 milhões de toneladas de cimento, principal material formador do concreto, conforme o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento. A questão é que a produção do cimento tradicional – ou Portland – é uma das principais fontes de emissão de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) – desde a extração de matéria-prima até a sua produção (envolvendo processos térmicos com temperaturas de até 1.450°C). De acordo com a professora Ana Paula Kirchheim, do Departamento de Engenharia Civil, a produção de cimento mundial hoje é responsável por aproximadamente 8% do total de emissões de CO<sub>2</sub> geradas pelo homem. Se continuar no mesmo ritmo, em 2050 irá aumentar para 24%, agravando os problemas ambientais e as mudanças climáticas. Dificilmente a demanda por cimento irá diminuir, devido ao crescimento de zonas urbanas, ao aumento da população e ao desenvolvimento de infraestruturas, o que torna imprescindíveis soluções sustentáveis para a sua produção e consumo.

**Pesquisa** – O Grupo de Materiais do Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação (NORIE), associado ao Programa de Pós-graduação da Engenharia Civil: Construção e Infraestrutura (PPGCI), é um dos centros de estudos de alternativas ao cimento tradicional. A professora Ana Paula, pesquisadora do tema des-



Placas de piso tátil para deficientes visuais foram desenvolvidas a partir de um cimento alternativo, fruto de trabalho de graduação que visou avaliar o desempenho desse cimento em relação ao Portland, que é o tipo mais tradicional

de 2008, e seu orientando Eugênio da Costa ganharam o concurso de Sustentabilidade Santander Indústria de 2013 pelo desenvolvimento de um tipo de cimento alternativo. Grandes indústrias internacionais já fazem tentativas em inovações desse tipo, que seria até 30% mais sustentável. O problema é o elevado custo das matérias-primas, fator que motivou o projeto: produzir cimento substituindo o material mais caro por resíduo(s) industrial(is). Os resultados foram positivos em

escala laboratorial, entretanto, para se transformar em uma produção industrial, seria necessário que uma indústria parceira fizesse testes.

Um exemplo similar ao produzido na UFRGS é o cimento AETHER, produzido por uma cimenteira francesa, que está em fase de testes. A técnica desenvolvida permite reduzir entre 25% e 30% a emissão de gás carbônico durante o processo de fabricação. Pode ser feito com matéria-prima convencional, que é adequada

ao uso em larga escala: calcário, argila, minério de ferro e bauxita. Também pode ser produzido em instalações industriais existentes – fornos rotativos – depois que alguns processos de adaptação tenham sido realizados.

**Inspiração** – Durante um congresso em 2011, Ana Paula conheceu o professor John L. Provis, da Universidade de Sheffield (Inglaterra), cujo grupo de pesquisa lida com um novo tipo de cimento que não precisaria de energia – produzido a partir da mistura de diferentes resíduos industriais com ativadores químicos (principalmente soluções alcalinas, como a soda cáustica). Esse cimento, denominado geopolímero, reduz o CO<sub>2</sub> embutido no concreto em até 60%, comparado com o cimento Portland. “É como se hoje a tendência fosse utilizar o mesmo material que se usava no Império Romano”, esclarece a docente. Na época, não existia o cimento Portland – que é de 1824. Ana Paula explica que, antigamente, pegavam-se rochas calcárias, gipsita e as cinzas do vulcão Vesúvio, por exemplo, e ativava-se a mistura com soda cáustica. “Hoje estudamos os concretos de dois mil anos atrás para entender como eram feitos, por que as construções estão resistentes ainda”, evidencia. Para produzir esses cimentos que não necessitam do aquecimento em temperaturas elevadas, basta misturar os dois

principais componentes: um resíduo industrial e a solução alcalina. É preciso, no entanto, que os resíduos apresentem características físicas e químicas específicas para gerar um material com propriedades ligantes. Dessa forma, provoca-se uma reação apenas nas superfícies das partículas, o que faz com que o material atue como uma cola. A argila caulínica utilizada para compor um dos cimentos alternativos desenvolvidos é um resíduo oriundo da indústria do papel, descartado em lagoas de decantação. De acordo com alguns experimentos realizados em escala laboratorial no NORIE, em poucas horas os cimentos alternativos podem atingir 15 vezes mais resistência do que uma mistura similar com cimento comum. As cinzas de carvão também são uma opção, tendo em vista a notória presença de termelétricas na região sul. A professora explica que 50% do carvão queimado se transformam em cinza. Desse percentual, 80% se transformam num subproduto utilizável na indústria do cimento. “A resistência diminui um pouco, porque a cinza não é tão boa. Mas, a ser dosada com outros materiais ou resíduos, ainda pode incrementar seu desempenho, chegando inclusive a superar os valores atingidos pelo cimento Portland”, conclui.

Paula Barcellos, estudante da Fabico do 5.º semestre

## Incentivos

Mundialmente, há vários países que concedem benefícios fiscais para quem não usa o cimento tradicional, produzindo materiais que promovem um menor impacto ambiental – Austrália, África do Sul, Inglaterra e Holanda são alguns deles. Os resíduos mais usados são escória de alto forno e cinza volante, que, quando ativados, podem servir para fazer pavimentos, pontes, edificações. Segundo Ana Paula Kirchheim, em Minas Gerais há uma grande concentração da escória de alto forno (subproduto da indústria do aço), porém tudo que é produzido vai para o cimento Portland, fazendo com que se torne um resíduo indisponível. Por esse motivo, os pesquisadores estão sempre em busca de resíduos das suas regiões. A pesquisadora afirma que o custo depende dos materiais utilizados, mas, de qualquer forma, é mais barato do que o cimento Portland por utilizar resíduos obtidos gratuitamente. Todos os estudos realizados são avaliados frente ao seu ciclo de vida (ACV), que comprova se o material produzido realmente é ou não mais ecológico.

**Horizontes** – Desde 2016, o foco da equipe do NORIE passou a agregar estudos com o cimento convencional, uma nova linha de pesquisas que consiste em explorar como reduzir o consumo de cimento a partir da utilização de outros materiais – por exemplo, aditivos químicos – e também entender melhor como a química do cimento impacta nas propriedades de concretos e na sua durabilidade. A mudança de foco vai ao encontro da necessidade de se buscar auxílio do mercado, que tem se mostrado mais aberto a experimentos com o cimento tradicional. “Como a indústria do cimento conta com importantes recursos financeiros, nós precisamos dessa parceria. São necessários subsídios desde a linha técnica até investimentos para produzir um novo material”, assevera. Em 2015, durante a Conferência da ONU sobre mudança climática (COP21), a indústria cimenteira firmou seu comprometimento de ajudar a combater as mudanças climáticas, lançando um plano de ação que projeta reduzir a emissão de carbono em 20% até 2030.



# Gravura artística em expansão

**Litografia** Livro apresenta reflexões sobre os processos e a poética da artista Helena Kanaan

Everton Cardoso

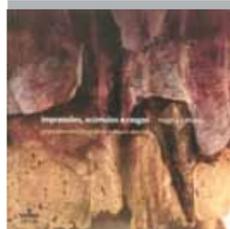
Na abertura do livro *Impressões, acúmulos e rasgos*, a artista visual Helena Kanaan diz que tem por objetivo “estimular o conhecimento e o fazer da litografia”. Tese de doutoramento da atual docente da Universidade, a obra apresenta uma reflexão profunda sobre o trabalho em litogravura que buscou extrapolar os próprios limites da técnica: uma experimentação de materiais, dinâmicas e soluções visuais levou a produção para além do ato de imprimir sobre papel a partir de matriz de pedra calcária. O livro, então, narra e apresenta o processo alternado de percepção e intuição presente nas escolhas de Helena.

“Fui atrás da aguada litográfica”, conta. O processo escolhido pela artista consiste em colocar uma camada fina de água sobre a matriz em pedra para depois deixar cair pingos de tinta; estes, então, vão se diluindo e penetrando rocha. “Não faço desenho, nem procuro uma figura. Faço experimentação a partir do resultado da reação entre a água e a gordura da tinta, que se repelem”, esmiúça a artista. É então que surgem emoções e situações que, combinadas com certa rigidez da técnica, entram num terreno mais livre, o da poética. Das experimentações

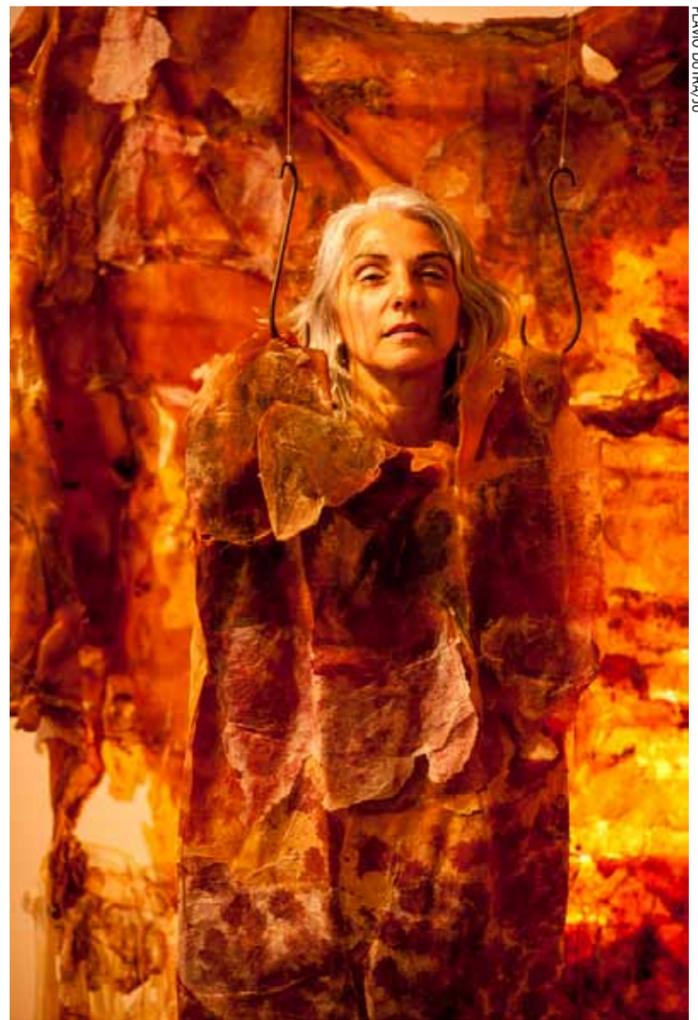
com papéis diversos, do uso do látex como forma de expandir a técnica e da própria ambientação do ateliê – um porão – vieram muitos dos elementos que foram preparando o imaginário da artista para trilhar o caminho que a levou a trabalhar a partir da ideia de policorpos, ou seja, de um lugar de confluência entre o que obtém a partir da litografia e o que resulta de outros processos.

Formada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas, Helena se direcionou já na graduação para a litografia. Em sua trajetória, destaca-se a fundação de um ateliê voltado para a técnica na UFPel, quando lá foi docente. Teve colaboração do renomado gravurista Danúbio Gonçalves, que fora seu mestre. “É uma rede de pensamento que vai se formando”, analisa. Para ela, há nisso tudo um projeto maior, que seguiu quando de sua transição para a UFRGS, em 2014: “Assim, conseguimos dar continuidade à história da gravura, que é importante no Rio Grande do Sul”.

Mesmo que traga uma reflexão aprofundada sobre o tema a que se propõe, o livro de Helena Kanaan não foi pensado apenas para iniciados e conhecedores do assunto: há páginas que estão dedicadas a explicar os processos e particularidades da gravura e da litografia, como se fossem verbetes de um glossário expandido. Em páginas de fundo bege – diferentes das brancas que contêm o corpo principal do texto –, estão a explanação do que é ponçagem – o processo de ‘limpeza’ da pedra para reutilizá-la para novas impressões –, a descrição do que é necessário para se montar um ateliê de gravura e a explicação de processos de produção, como acidulação, revelação e estabilização. Além disso, páginas em vermelho escuro trazem alguns apontamentos mais reflexivos, digressões da autora. São, pois, elementos que se complementam e que permitem acompanhar os acasos, as marcas e os ocultamentos que guiam o processo poético empreendido na produção artística.



**Impressões, acúmulos e rasgos: procedimentos litográficos e alguns desvios**  
Helena Kanaan  
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016  
Reproduções: FZago/Studio Z  
254 páginas | R\$ 75,00



Na imagem, a autora Helena Kanaan “veste” a obra “Policorpos”, feita a partir de litografia e materiais como látex e pó dourado



**A força do tempo: histórias de um repórter fotográfico brasileiro**

Kadão Chaves | Porto Alegre: Libretos, 2016  
184 páginas | R\$ 50 (preço médio)

## Uma vida pela fotografia

A fotografia é uma arte apaixonante, seja na tela do Iphone, seja na teleobjetiva. É justamente essa paixão, mas como ofício de retratar o momento exato que vai eternizar um fato – mesmo que o jornal de hoje não tenha utilidade amanhã – que o repórter fotográfico Kadão Chaves construiu uma longa carreira nos principais veículos de comunicação do país. O livro *A força do tempo – histórias de um repórter fotográfico brasileiro* conta a trajetória de Kadão que, já no primeiro texto, é chamado de chato. Chato, crítico e insistente como todo repórter deve ser. O jornalista Luiz Cláudio Cunha conta que foi a chatices de Kadão que fez com que fosse descoberta a farsa de um policial careca em audiência do caso do sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz. Em outubro de 1979, a falta de cabelos do agente do DOPS não era calvície, mas fruto do uso de uma navalha. Foi por conta do olhar cético do fotógrafo, que resolveu utilizar uma lente 200mm – a tal teleobjetiva –, incomum para a realização de fotos em salas fechadas, que ele descobriu a farsa em torno da careca. Se não fosse essa atitude, toda a investigação da imprensa

cairia em descrédito, pois as testemunhas relatavam que o sequestrador tinha cabelos longos e bigode. Filho do lendário Hamilton Chaves, que comandou dos porões do Palácio Piratini a cadeia de rádios do Movimento da Legalidade em 1961, o repórter fotográfico começou a vida jornalística sem saber fotografar profissionalmente, mas aprendendo junto com os jornalistas da Zero Hora. Antes disso, já havia montado um laboratório fotográfico na antiga residência da família na Rua Demétrio Ribeiro, no Centro Histórico de Porto Alegre. A publicação editada pela Libretos traz histórias de coberturas como a queda do Boeing 737 na rota Marabá-Belém do Pará, a visita do cantor Sting ao Parque Indígena do Xingu, o enterro de personalidades como Glauber Rocha e Chico Mendes, uma reportagem especial na Rússia após a derrocada da ex-União Soviética, a cobertura do rápido mandato de Collor, a final do Mundial entre Grêmio e Ajax, em 1995, entre tantas outras reportagens sobre fatos marcantes no Brasil e no exterior. (Samantha Klein)



**Da África aos Indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**

Evandro Fernandes, Nora Cecília Lima Boccacio Cinel, Véra Neusa Lopes (orgs.) | Porto Alegre: UFRGS, 2016  
358 páginas

## Educação cidadã

Este trabalho, fruto de esforços orquestrados entre pesquisa, ensino e extensão pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB), da UFRGS, se constitui de articulações entre universidade, escola pública e sociedade. Tem o objetivo de qualificar o processo educativo, no sentido de se pautar pelo princípio da diversidade, de cumprir as demandas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de atuar para a superação da pobreza, de colaborar para a memória e o desenvolvimento cultural de grupos historicamente excluídos, de combater as interpretações da nossa realidade social contaminadas pelo etnocentrismo e pelo racismo epistêmico, de promover projetos educacionais que valorizem a diversidade étnico-racial. Os artigos apresentam consistentes reflexões teóricas, didático-pedagógicas e sobre as experiências acumuladas por profissionais reunidos para ministrar um curso de formação em educação cidadã antirracista para os educadores das redes municipais de ensino do RS. O livro é dividido em quatro capítulos. No primeiro, *Temáticas Afro-brasileira e Indígena sob a Ótica da Diversidade*, se apresentam questões africanas, afro-brasileiras e indígenas com

o objetivo de subsidiar o ensino básico com abordagens históricas e pedagógicas. No segundo capítulo, *Presença das Temáticas na Estrutura e no Funcionamento da Escola*, são analisados os aspectos institucionais dos sistemas de ensino e dos segmentos e setores da escola, e suas responsabilidades quanto à implementação das leis para uma educação humana e inclusiva. Também são destacados aspectos da cultura indígena, em especial a sua importância para a formação do cidadão brasileiro e a necessidade de sua inclusão na base curricular. O terceiro capítulo, *Propostas Pedagógicas para a Vivência das Temáticas em Diferentes Tempos e Espaços*, apresenta estratégias pedagógicas e discute temáticas da História da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena a partir de uma dimensão cidadã. São importantes ainda as práticas escolares que abordam a cultura dos povos africanos na perspectiva da literatura infanto-juvenil. No quarto capítulo, *Inclusão das Temáticas Negra e Indígena nas Práticas Avaliativas*, os textos tematizam os processos avaliativos, a necessidade de avanços em termos da qualidade e da coleta das práticas educativas no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. (Antônio Falcetta)

# As tias que trabalham

Guto Leite \*

Em 2011, o professor Alcir Pécora (Unicamp), numa série de debates chamada *Desentendimento*, em debate com a professora Beatriz Rezende (UFRJ), disse que “o espaço da literatura virou o lugar das tias”, ao se referir à maneira como escritores se autorreferenciam em seus trabalhos, elogiam uns aos outros, se protegem – pode-se conferir a conversa no Youtube. Em seu blog, um tempo depois, o escritor Marcelino Freire publicou a réplica *Respeitem as tias*, defendendo o trabalho dos autores brasileiros, suas iniciativas como coletâneas, oficinas e saraus, além de devolver o epíteto de “tias” aos integrantes do primeiro debate: “Digo de quando outras tias se reúnem numa conversa para falar mal da literatura contemporânea brasileira, dizer que nada de novo acontece. Tias velhas, essas sim, que batem na mesma tecla” (descontemos a misoginia do termo). Os escritores e produtores culturais que conheço rapidamente se posicionaram ao lado de Marcelino. Por ter sido aluno do Pécora ou por ser da Universidade, não consegui me posicionar à época. De lá pra cá consigo divisar melhor a razão desse “em cima do muro”. Na verdade, não se trata, ao que pode parecer, de não entrar em atrito nem com professores nem com escritores. Creio que os dois lados têm razão, mas pelos motivos errados. Concordo com Pécora e com Marcelino, discordando deles. Muito confuso?

Começo a me explicar pelo ensaio precioso de Antonio Candido sobre *Memórias de um Sargento de Milícias, Dialética da Malandragem*. Sintetizando-o, o ensaísta identifica certo comportamento no modo de narrar e nas personagens do livro, em especial no protagonista, caracterizado por um movimento entre as esferas da ordem e da desordem. Trata-se do homem livre, não proprietário de escravos nem escravo, que precisa dialogar tanto com a ordem de quem recebe eventuais favores quanto com a desordem que preenche, razoavelmente, o universo frequentado por esse homem livre cotidianamente. Olhando de longe, o ensaio de Candido fornece uma leitura muito aguda sobre um campo em formação, neste caso, o mercado de trabalho – evidente que há uma série de profissões no romance (meirinho, parteira, professor, barbeiro, etc.), mas as lentes do narrador focam essa dinâmica, denominada por Candido “dialética da malandragem”.

Voltando ao nosso tempo, também é possível dizer que o campo da literatura contemporânea é relativamente incompleto, não permitindo certa consistência profissional que esperaríamos dele. Afinal, quantos escritores – em comparação, por exemplo, a quantos médicos vivem da medicina – vivem de literatura? É importante fazer a pergunta dessa forma porque indica as dificuldades de estabelecimento do campo literário, ou a deformação desse mercado, ou mesmo o modo como concebemos o ofício de escrever artisticamente.

Por este viés se explica a opinião de Pécora, que diz não ter interesse particular por literatura brasileira ou contemporânea. Seu horizonte é a Literatura, o embate entre as formas estéticas e a passagem do tempo, sem recorte específico. Por aí é possível, sim, reclamar do comportamento “malandro” dos escritores contemporâneos, que, sem um espaço estabelecido, precisam se virar em oficinas, eventos, cursos, revistas, etc.; fazem o trabalho de editores de seus próprios trabalhos ou trabalhos de outros escritores, produzem a si e aos outros, divulgam sua literatura, valorizam prêmios que lhes confirmam uma condição melhor para

se dedicarem mais à literatura.

No entanto, não faz muito sentido reclamar do malandro, certo? Isto é, é claro que gostaríamos, como Carver, de ganhar uma bolsa para nos dedicar integralmente à literatura. Isso não é uma falha dos escritores, pois esse universo não nos está disponível – aliás, no Brasil, nem mesmo é possível ser pobre com dignidade, como em outros países. Por algum tempo, saudamos a formação do mercado de livros no Brasil, mas, passados vinte anos, a impressão é que se formou já assimétrico e segue muito mais generoso com best-sellers do que verdadeiramente formativo, no sentido de incentivador de novas gerações, de defensor de gêneros menos diletos à indústria cultural, etc. Todo mundo publica, mas ninguém vira escritor.

Complementarmente, Marcelino está certo ao dizer que “as tias trabalham muito”. É difícil se manter num campo não devidamente formado. A questão não é um dia viver de literatura, mas seguir conseguindo dedicar algumas horas por dia à leitura e à escrita, fazer o trabalho literário de cada um circular, tentar sobreviver como escritor dentro de um campo completamente acessório às grandes áreas da produção capitalista. Salvo a parte mais rentável da indústria cultural, como o cinema e a

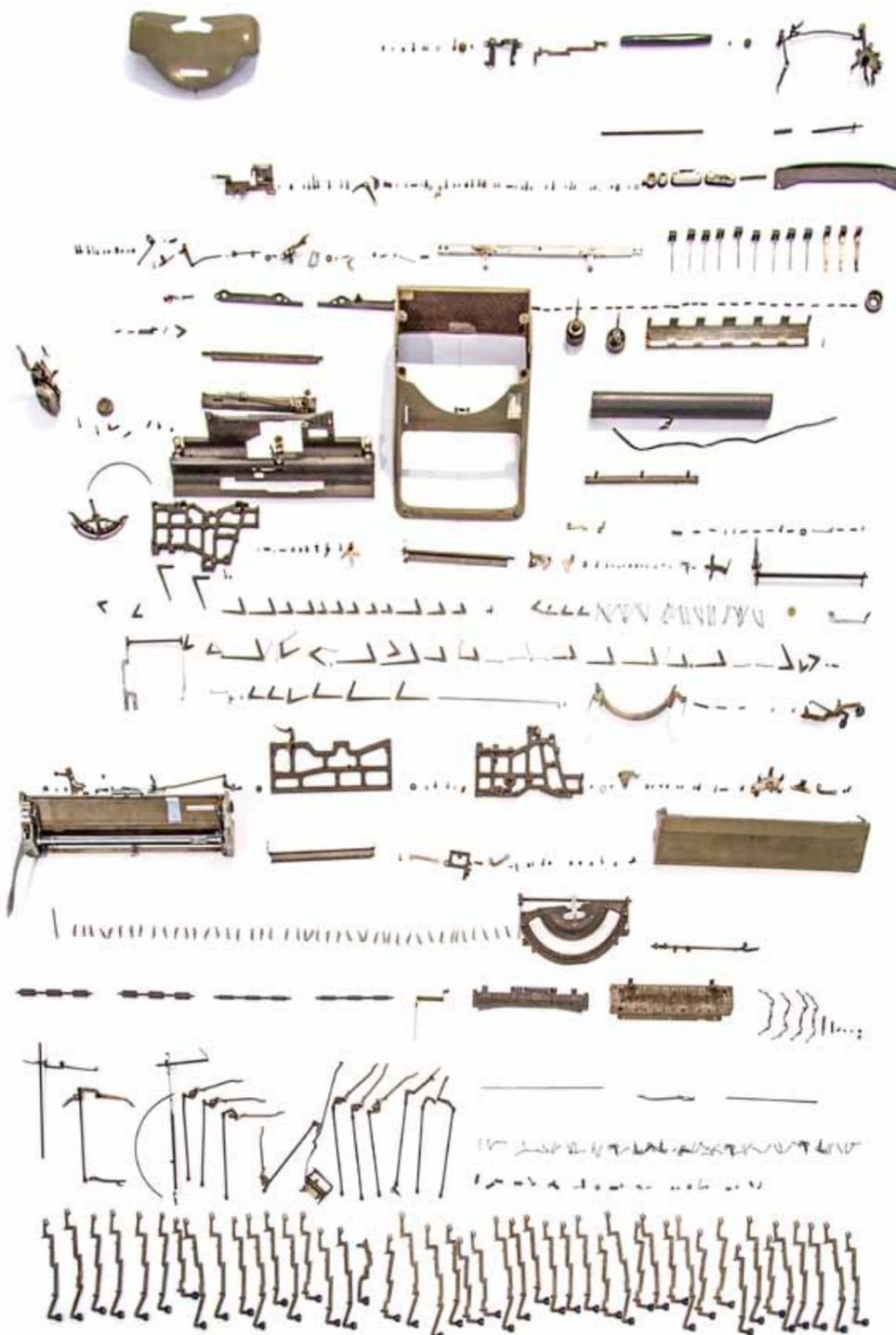
música pop, a cultura tem lugar muito acuado, e a literatura, uma das posições mais acuadas dentro da cultura. É preciso ter muita fibra para seguir sendo “só” escritor no Brasil.

Agora, a cordialidade inerente ao campo fraturado da literatura contemporânea traz, sim, uma parte nefasta, que Pécora acusa em sua entrevista. Segue sendo difícil publicar em editoras pequenas não conhecendo os editores, participar de festivais de literatura caso não conheça os – ou não seja indicado aos – organizadores, conseguir um lugar para dar a sua oficina se não te anteceder alguma indicação ou signo de prestígio, etc. Que o leitor se pergunte como é possível manter espaços críticos dentro da cordial literatura contemporânea brasileira! Como um escritor pode criticar seus “colegas de trabalho” nesse universo muitas das vezes concêntrico? Como considerar as críticas que vêm de fora desse mundo, como a da academia, por exemplo, sem tomá-las como elitistas? Havendo impedimentos sobre o que se pode ou não dizer, seguimos exercendo a literatura no seu nível mais radical? Ou é justamente esse impedimento que torna particularmente exigente o trabalho literário contemporâneo para aqueles que percebem esses limites?

Pra não perder o pé histórico, vivemos um

dos momentos mais propícios para ser escritor. Ao mesmo tempo, é melhor ser quase tudo hoje em dia do que ser um escritor, no sentido de ser possível viver da escrita. É esperado que surjam estratégias variadas encharcadas de cordialidade, como alianças de uma parte frágil do capitalismo moderno. Os que estão nesse mundo precisam divisar esse problema por dentro da forma estética, elaborando a tensão. Os que estão fora precisam entender que as “tias” são o resultado do lugar em que vivem. Se eu fosse um pouco menos cético, diria que o recente interesse da universidade pela literatura contemporânea é o desenlace dessa rixa que nos imobilizava – citando outro ensaio importante sobre *Memórias, O espírito rixoso*, de Edu Otsuka. Mas creio que, na verdade, seja mais um desdobramento do mercado para dentro do espaço da universidade. Por um lado, um novo e bem-vindo lugar para as iniciativas dos escritores. Por outro, uma expansão das práticas dóceis que tanto inquietaram Pécora na entrevista. Disforme mas vigoroso, frágil mas extenso, me parece, é o excêntrico quadro da literatura contemporânea no Brasil.

\* Professor de Literatura Brasileira, poeta e compositor



CARTA AO PAI  
617 peças de máquina datilográfica sobre PS branco e 1.500 imãs em mesa de ferro na cor branca, 216 x 279 x 80 cm, 2015  
Elida Tessler  
Fotógrafo: Egon Kroef



## DESTAQUE



## Caixa de Desenho

**Exposição** *Residência artística na França estimula novas maneiras de desenhar*

Imagine viver por um mês na grande Paris, porém, em um atelier de 64m<sup>2</sup>, cercado por câmeras e trabalhando em tempo integral. Essa foi a experiência vivida pelo grupo de desenho Atelier D43, composto pela professora de desenho do Instituto de Artes Teresa Poester e pelos alunos Caju Galon e Kelvin Koukik. Dessa residência feita no Espace Culturel Anis Gras – um centro experimental reconhecido por acolher diferentes artistas multimídias – surgiu a exposição *Boîte à dessin / uma experiência na França*, que será inaugurada no dia 11 de abril no Museu do Trabalho.

Teresa adianta que o grupo trabalha desde 2012 com o desenho misturado com outras linguagens artísticas, definido por ela como desenho híbrido. A professora conta que muitas vezes eles misturam desenho com fotografia, livro de artista, gravuras, pintura e, além disso, dão uma ênfase ao vídeo.

Para o projeto desenvolvido na França, o foco foi a performance utilizada durante a produção do desenho, onde todos vestiam roupas pretas e estavam sendo gravados pelas várias câmeras dispostas no ambiente. “Nossos trabalhos não são figurativos, são mais abstratos. O que interessa para nós é o gesto, o desenho como uma ação”, explica Teresa. Por esse motivo, fora os desenhos feitos, a exposição conta também com os vídeos das performances desenvolvidas pelo trio – além de um documentário sobre a viagem. De acordo com a professora, o vídeo não é apenas um registro documental, sendo também um trabalho a parte – muitas vezes o desenho no papel vai fora. “O vídeo já é uma linguagem autônoma que nós estamos aperfeiçoando cada vez mais”, comenta.

Foram criados 5 desenhos da altura do pé direito de quase 4m, cada um com um pro-

cedimento diferente. Foram usados, por exemplo, elásticos que ficavam amarrados como se fossem fantoches; a criação de desenho em uma tábua gráfica que, quando projetado, permitia que outro desenho fosse feito em cima. Além dos trabalhos de desenho com outras linguagens, o grupo também conta com vários projetos, como, por exemplo, *Conversa com Artista*, *Desenhando POA* e *Atelier Aberto*. Em Paris, foi feito um workshop prático com a comunidade, baseado em exercícios já realizados em Porto Alegre, acolhendo as mais diferentes faixas etárias.

O Projeto foi apoiado pela Aliança Francesa e pela UFRGS, além da ajuda de um financiamento coletivo. A inauguração ocorre dia 11 de abril, às 19h, e vai até 21 de maio, de terça a sábado, das 13h30 às 18h30; domingos e feriados das 14h às 18h30. A entrada é franca.

## CINEMA

## Mostra Cinema Clássico (SCI-FI)

A Sala Redenção – Cinema Universitário inicia sua programação de 2017 com a Mostra Cinema Clássico (SCI-FI). De 27 de março a 28 de abril, serão exibidos seis grandes sucessos de ficção científica. A mostra é uma parceria do Sesc/RS com a Sala Redenção, que em abril comemora 30 anos.



**A AMEAÇA QUE VEIO DO ESPAÇO**  
(It came from Outer Space, EUA, 1953, 81 min), de Jack Arnold  
Sessões: 27 de março, 16h; 03 de abril, 16h; 04 de abril, 16h; 12 de abril, 19h; 13 de abril, 16h; 20 de abril, 16h; 26 de abril, 19h

**O PLANETA PROIBIDO**  
(Forbidden Planet, EUA, 1956, 99 min), de Fred Wilcox  
Sessões: 27 de março, 19h; 28 de março, 16h; 04 de abril, 19h; 05 de abril, 16h; 17 de abril, 16h; 27 de abril, 16h



**OS MALDITOS**  
(These are the Damned, EUA, 1963, 95 min), de Joseph Losey  
Sessões: 28 de março, 19h; 29 de março, 16h; 05 de abril, 19h; 06 de abril, 16h; 18 de abril, 16h; 27 de abril, 19h

**O PLANETA DOS VAMPIROS**  
(Terrore nello Spazio, Itália/Espanha, 1965, 88 min), de Mario Bava  
Sessões: 29 de março, 19h; 30 de março, 16h; 06 de abril, 19h; 07 de abril, 16h; 18 de abril, 19h; 19 de abril, 16h; 28 de abril, 16h



**FUGA NO SÉCULO 23**  
(Logan's Run, EUA, 1976, 119 min), de Michael Anderson  
Sessões: 30 de março, 19h; 31 de março, 16h; 07 de abril, 19h; 10 de abril, 16h; 13 de abril, 19h; 24 de abril, 16h

**ELES VIVEM**  
(They Live, EUA, 1988, 93 min), de John Carpenter  
Sessões: 31 de março, 19h; 03 de abril, 19h; 11 de abril, 19h; 12 de abril, 16h; 25 de abril, 19h; 26 de abril, 16h

## Sessões especiais de Lançamento



**CORPO DELITO**  
(Brasil, 2017, 74min) de Pedro Rocha  
Sessões: 10 de abril, 19h; 11 de abril, 16h

**GUARNIERI**  
(Brasil, 2017, 72min) de Francisco Guarnieri  
Sessão: 24 de abril, 19h; 25 de abril, 16h

## Cinemas em Rede

**RECADO PRO MUNDÃO**  
(Brasil, 2017, 90min) de Diogo Noventa  
Sessão: 20 de abril, 19h

## Mostra Tela Indígena



**TEKOWE NHEPYRUN - A ORIGEM DA ALMA**  
(Brasil, 2016, 50min) de Alberto Alvarez

**CORDILHEIRA DA AMORA II**  
(Brasil, 2016, 10 min) de Jamille Fortunatto  
Sessões: 19 de abril, 19h

## TEATRO



## Almodóvar Autopeças

Com dramaturgia inspirada pelos filmes de Pedro Almodóvar e por alguns absurdos retirados do cotidiano, a peça se inspira na real existência dessa oficina mecânica no interior de São Paulo. O espetáculo inicia a 15.ª edição do Projeto “Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE)”.

Apresentações: quartas-feiras de abril (dias 05, 12, 19 e 26), às 12h30 e às 19h30  
Local: Sala Qorpo Santo  
Entrada Franca.

## EXPOSIÇÃO

## Expressões do Múltiplo

A exposição é fruto de trabalhos do Grupo de Pesquisa Expressões do Múltiplo, que se dedica a investigações em arte contemporânea, abrangendo criação e reflexão sobre procedimentos técnicos de vídeo, fotografia, gravura, entre outros.  
Curadoria: Maristela Salvadori e Bernard Paquet  
Visitação: até 20 de abril, de segunda a sexta, das 10h às 18h  
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, Instituto de Artes



## Calouros Ontem e Hoje

A mostra ilustra, através de fotografias, os rituais de ingresso na Universidade desde a década de 1950.  
Visitação: até 20 de abril, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h e sábados, das 09h às 13h  
Local: Museu da UFRGS

## ONDE?

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**  
Senhor dos Passos, 248  
Fone: 3308-4302

► **Sala Qorpo Santo**  
Luiz Englert, s/ n.º, ao lado da Sala Redenção  
Fone: 3308-3080

► **Sala Redenção**  
Luiz Englert, s/ n.º  
Fone: 3308-3933

► **Museu da UFRGS**  
Avenida Osvaldo Aranha, 277  
Fone: 3308-3390

## Meu Lugar na UFRGS

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



## Espaço para os técnicos

Felipe Ewald

“O pessoal às vezes ligava para cá e dizia assim: ‘Alô, o seu Assis está aí?’. Eu respondia: ‘Olha, o seu Assis não está, mas o Silvio, que sou eu, da CIS, está’”. A justificativa para tal confusão é dada, em parte, pela intensa identificação que Silvio Corrêa tem com seu lugar de trabalho nos últimos 11 anos. Trata-se da CIS: Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) da UFRGS.

Crítico do plano no início, ele admite que acabou por reconhecer coisas boas também. O tom espontâneo e provocador que incorpora uma carga política à sua fala – e que impede qualquer um de ficar indiferente diante dele – é um traço marcante de sua personalidade expansiva. Na UFRGS desde a sexta-feira 13 de agosto de 1980 – “Eu brinco que o azar foi da Universidade; para mim foi sorte” –, Silvio se aposentou em fevereiro deste ano, mas segue atuante por exercer mandato na CIS, para o qual foi eleito enquanto membro da carreira.

“Costumo comentar que é mais fácil dizer o que eu não fiz na Universidade durante esses 37 anos.” Após longo tempo no Instituto de Geociências, saiu com o convite da então reitora Wraha Panizzi para atuar na Pró-reitoria de Recursos Humanos, incumbindo-se dos assuntos estudantis. Também esteve presente ativamente no sindicato, embora hoje considere confuso misturar a militância sindical com o lugar institucional que ocupa.

Em 2005, surge a nova carreira dos técnicos. Silvio já havia trabalhado antes na Comissão Permanente de Pessoal Técnico-administrativo, órgão extinto com a criação da CIS. Segundo ele, esta obteve conquistas em relação àquela, já que todos os dez membros são eleitos – antes havia integrantes indicados pela administração central. “Naquele momento, a UFRGS foi uma vanguarda, porque imediatamente o reitor convocou eleições e nomeou a comissão, cedendo um espaço

físico no Câmpus Centro”, comenta. A sala designada à comissão é um ambiente amplo que se acessa contornando a lateral do balcão da portaria do prédio Anexo I.

“Como fiquei de coordenador por bastante tempo, acabei me apoderando do conhecimento da carreira, porque eu é que estava aqui”, dispara. Daí se cria a fusão de sua figura com a CIS, o que se acentua com a recente discussão em torno da jornada de trabalho. “Fiz parte da comissão que construiu a proposta de flexibilização aprovada pelo Conselho Universitário. Na Comissão de Flexibilização (COMFLEX), sou um dos representantes da CIS. Esta é uma das atividades que eu gostaria de manter, até pelo fato de ter estado na construção e dominar o tema”, revela.

Nas idas e vindas da construção dos planos de flexibilização, fez reuniões em quase todas as unidades – “Se me convidavam, eu ia; andei por tudo aí”. A partir disso, alegre-se, renovou o contato com os colegas e conheceu muitos técnicos mais jovens, para os quais tem o desejo de transmitir sua experiência: “Os colegas que chegam agora [dentro do PCCTAE] não têm noção da história de como é que se chegou à situação atual. Isso é uma luta de uma vida inteira, que passa por gerações de servidores”, brada.

Para Silvio, as oportunidades que tem de interagir com os técnicos e de valorizar as pessoas, auxiliando na melhora de sua condição de trabalho e de vida, é o que há de mais gratificante em trabalhar na CIS.

“O resumo da ópera é este: muita alegria por ter conseguido trabalhar e ajudar alguns colegas; por outro lado, a sensação de muita intolerância na forma como os técnicos são tratados – eu sempre digo que a gente constrói essa Universidade no dia a dia tanto quanto os docentes”, arremata.

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

## Perfil

# O argentino amante da natureza

**Ignácio Benites Moreno** *Ativismo e conhecimento acadêmico na preservação de animais em extinção*

Professor do Departamento de Zoologia da UFRGS, Ignácio Benites Moreno, mais conhecido como “Ig”, nasceu em Buenos Aires. Quando tinha dez anos, no verão de 1982, sua família veio passar as férias no Brasil. Apaixonaram-se pelo país e decidiram mudar-se para cá. Para sustentar a casa na nova pátria, seu pai trazia de Buenos Aires livros importados para arquitetos, que pediam publicações não existentes por aqui. Percebendo uma oportunidade, criou a *Livraria do Arquiteto* na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Assim, Ignácio cresceu dentro da Universidade mesmo antes de se tornar aluno da instituição, ajudando os pais no trabalho.

Desde criança, o professor já admirava a natureza. Em Buenos Aires, a mãe sempre o levava ao Zoológico. Aos 9 anos, passando as férias em Mar Del Plata, viu pela primeira vez um tubarão e lobos marinhos, guardando a cena na sua cabecinha infantil e impressionada. Na hora de prestar o vestibular, o pai perguntou ao jovem qual curso queria fazer. Arquitetura foi a resposta do filho, já pensando que teria todos os livros que precisasse. Mas o pai retrucou: “Ignácio, pode fazer o curso que você quiser; nunca vai te faltar livro”. Então, em 1991, Ig passou na UFRGS para o curso que realmente desejava: biologia. Gostava muito de animais marinhos e queria trabalhar com isso.

Durante a faculdade, participou de diversas atividades fora da sala de aula. Já antes de ingressar na Universidade, foi a um Congresso sobre Etologia (especialidade da biologia que estuda o comportamento animal) em Santa Catarina. Ignácio também foi o primeiro gaúcho a embarcar em um navio do Greenpeace em 1994. Na embarcação, participou da campanha contra o desmatamento ilegal da Floresta Amazônica durante três meses. Depois, o navio desceu a costa brasileira e parou em Porto Alegre, zarpando em seguida para Buenos Aires, onde Ig desembarcou. A partir de lá, ele fez um mochilão pela América do Sul por um ano. À medida que ia subindo pelos países latinos, fazia contato com alguns pesquisadores da área, chegando a fazer um estágio na Terra do Fogo com uma pesqui-

sadora de mamíferos marinhos.

Ignácio se graduou em 1998 grato pelo apoio dos pais na realização de seu sonho. Após a formatura, surgiu a dúvida se deveria trabalhar na área ambiental mais ativista ou se na mais acadêmica. A academia o seduziu mais: decidiu que queria ser pesquisador. Chegou a se inscrever para a seleção de mestrado da UFRGS, mas o dia da prova coincidia com a data da sua primeira viagem à Antártica (até hoje, já esteve quatro vezes lá). Quando retornou, foi estudar os golfinhos em mestrado pela PUC. Já com o título de mestre nas mãos, participou de um projeto para a preservação das toninhas no estado durante um ano. Em 2004, seguiu para o doutorado também na PUC, com bolsa de doutorado sanduíche na Nova Zelândia por 10 meses, estudando a evolução dos golfinhos. Já doutor, em 2009, passou na seleção para professor substituto do Departamento de Zoologia da UFRGS. “Eu dizia

que não queria ser professor, só pesquisador. No primeiro dia em sala de aula eu já me apaixonei”, lembra. Durante esse período, surgiu uma vaga para professor adjunto. Ig não perdeu a oportunidade: estudou bastante, fez a prova e passou em 1.º lugar.

Hoje, além de dar aulas em Porto Alegre e no Litoral Norte, trabalha com pesquisa e extensão – dirige o Projeto Botos da Barra. O professor concretizou o sonho de morar na praia (em Imbé) e agora procura curtir a família, a casa e o litoral. Em algumas manhãs, ele acorda e vai para a Barra do Rio Tramandaí tirar foto dos botos e conversar com os pescadores. Seu desejo é continuar ajudando na preservação de mamíferos aquáticos ameaçados de extinção e na conciliação do ser humano com os animais.

**Cássia de Oliveira, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico**



### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



# 8 de março, juntas



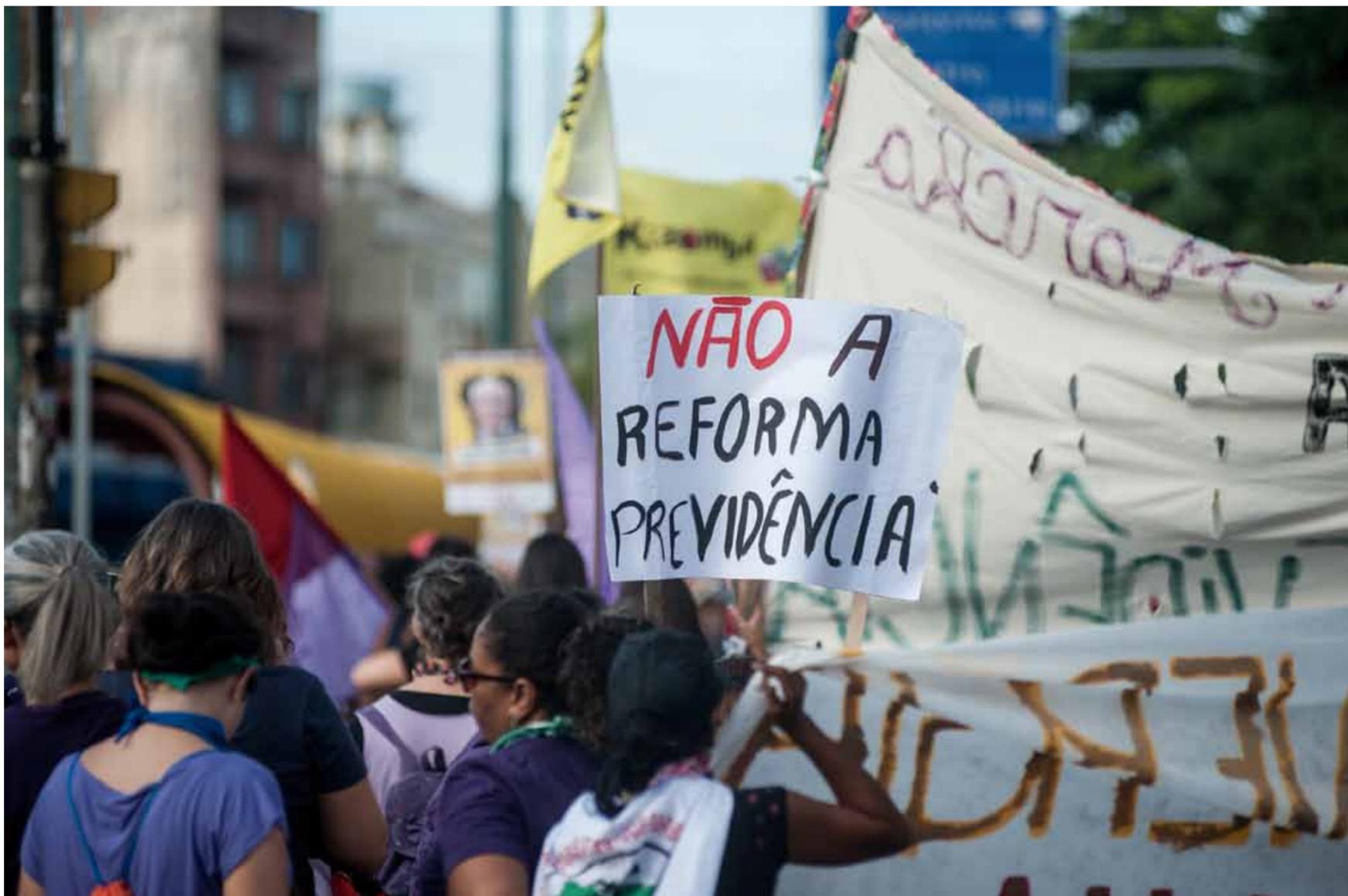
TEXTO **BRUNA ANDRADE** FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

Se eu tivesse que definir o que é ser mulher, eu não precisaria de mais do que uma palavra: luta. Não é o *8 de março* o nosso dia de luta, porque só nós, mulheres, sabemos das batalhas que enfrentamos cotidianamente por sermos o que somos, por sermos mulheres. Cada dia na vida de uma mulher é um dia de luta, porque cada dia na vida de uma mulher é um dia de violências. A violência do olhar devorador, a violência do silenciamento, a violência de nos dizerem onde é o nosso lugar, a violência das regras sobre nossos corpos, a violência de sermos condenadas pelas violências que sofremos... Em cada dia que ousamos sair do lar, que nos colocamos no mundo com tudo aquilo que não fomos educadas a ser, enfrentamos as violências e desafiamos a ordem das coisas. Essa é a nossa luta.

E lutamos sozinhas, ainda que ao mesmo tempo. Cada uma de nós enfrenta suas batalhas e cura suas feridas, porque também cometeram conosco a violência de nos ensinarem a não confiarmos umas nas outras. Por isso, o *8 de março* não é o nosso dia de luta, mas é o dia em que lembramos que podemos lutar juntas. É o dia em que olhamos ao nosso redor e lembramos que compartilhamos as mesmas batalhas, que sofremos as mesmas feridas. É o dia em que olhamos umas para as outras, nos reconhecemos e marchamos juntas. É o dia em que gritamos juntas para que o mundo saiba que nós estamos aqui. É o dia em que descobrimos a força que temos unidas. E se em nossos rostos trazemos as marcas dos anos de luta, nossos olhos só conseguem falar sobre como é bom quando enfrentamos o mundo juntas. E lá no fundo a gente pensa: que bom seria se o *8 de março* fosse todo dia.

Bruna Andrade, é jornalista formada pela UFRGS e mestranda no PPGCOM/FABICO. As fotos foram feitas na Marcha das Mulheres, em oito de março passado.

## PEC não é consenso



TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA FOTOS FLÁVIO DUTRA

Janaina é uma das muitas trabalhadoras rurais do Brasil. Natural de São Lourenço do Sul, reside há 15 anos no assentamento do MST de Charqueadas com o companheiro e o filho mais novo. No dia 8 de março, ela esteve em Porto Alegre participando com outras 1.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais da manifestação contra a reforma da Previdência, em tramitação no Congresso. Com 44 anos de idade, Janaina trabalha desde os 16, “nem sempre de carteira assinada”, detalha. Ela acompanha a marcha com dificuldade, pois o trabalho pesado no campo resultou em problemas na coluna e num dos joelhos. Assim como as demais mulheres participantes do protesto, traz no pescoço um lenço de chita e, enquanto caminha, conta que está preocupada com a possibilidade da extinção dos direitos sociais da Previdência adquiridos em história recente no âmbito rural, especialmente no caso das mulheres. “A gente tem esperança de reverter isso e precisamos que a população toda compreenda e apoie essa luta, que não é só nossa. Mas cada um tem uma cabeça, não é?”, pondera.

Desde o dia 6 de dezembro do ano passado, quando o governo de Michel Temer encaminhou ao Congresso Nacional o projeto da reforma da Previdência Social, com a PEC 287/16, desencadeou-se no país uma série de manifestações e análises contrárias à proposta, acusando-a de desrespeitar a Constituição de 1988 e de agredir os Direitos Humanos de trabalhadores. Além das ruas, a discussão da proposta de reforma do governo tem chegado a setores especializados, como a Anfp (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que no início do ano lançaram documento comum com estudo sobre a PEC.

Ao analisar o documento, o coordenador da Plataforma de Política Social, Eduardo Fagnani, constata que o que está em jogo é a mudança do modelo de sociedade definido pelo pacto social de 1988. “O objetivo é substituir o Estado social pelo Estado mínimo. Além da reforma da Previdência,

esse processo está sendo encenado pelo ‘novo regime fiscal’ (que fixa um teto para os gastos públicos até 2036); pelo fim de vinculações de recursos para a área social; pela ampliação da Desvinculação de Receitas da União (DRU); pelo retrocesso nos direitos trabalhistas e sindicais; e pela reforma tributária”, sintetiza.

Conforme as novas regras, mulheres e homens deverão atingir a idade mínima de 65 anos e pelo menos 25 anos de contribuição para poderem se aposentar. Nesse caso, receberão 76% do valor da aposentadoria – que corresponderá a 51% da média dos salários de contribuição, acrescidos de um ponto percentual dessa média para cada ano contribuído. A cada ano que contribuir a mais, o trabalhador terá direito a um ponto percentual. Dessa forma, para receber a aposentadoria integral (100% do valor), precisará contribuir por 49 anos – a soma dos 25 anos obrigatórios com 24 anos a mais.

A PEC 287/16 já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e, após ser submetida ao plenário, será encaminhada ao Senado. Se o texto for alterado pelos senadores, volta à Câmara. Do contrário, será promulgado pelo Congresso. Por se tratar de uma emenda à Constituição, a proposta precisa ser aprovada por três quintos dos deputados (308 dos 513) e dos senadores (49 dos 81) em dois turnos.

Devido às pressões que a proposta sofre desde seu encaminhamento ao Congresso Nacional, novos fatos começam a redefinir sua trajetória. Até o fechamento desta edição do Jornal da Universidade, Temer havia excluído os estatutários estaduais e municipais da proposta e transferido para setembro a continuidade da tramitação da PEC. No dia 22 de março, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a assinatura de 61 senadores, com a finalidade de investigar eventuais fraudes e desvios de verba na Previdência Social. À frente da articulação para que se criasse a Comissão, o senador Paulo Paim espera que a CPI possa “provar para o Brasil que a Previdência é superavitária”.

# Mulheres e idosos penalizados

A marcha chega à Praça da Matriz, no centro histórico de Porto Alegre, e as trabalhadoras e trabalhadores rurais acampam-se com bandeiras e faixas contra a reforma da Previdência. Nem todos poderão entrar na atividade programada para iniciar às 10h no auditório Dante Barone, na Assembleia Legislativa (AL) – o seminário organizado pela casa, abordando os impactos da PEC 287/16 na vida das mulheres.

Para Roberta Coimbra, da coordenação do MST, quando a nova proposta aumenta em dez anos o tempo de contribuição para a trabalhadora rural (de 55 para 65), ignora a tripla jornada de trabalho das mulheres. “Tem todo o ambiente da casa, o ambiente da propriedade e ainda a geração de renda para movimentar o país”, relaciona. Mas o que considera mais preocupante é a proposta de contribuição individual (5% do salário mínimo por pessoa), e não mais como vinha sendo feito quando todos os membros da família comprovavam o recolhimento com a nota fiscal da produção familiar, em que consta o nome de todos os familiares. “Muitas famílias não vão ter condições para isso, pagar quase R\$50 por pessoa, além do que é recolhido na nota fiscal. E quando tiver condição de pagar para uma pessoa, dificilmente será a mulher ou a filha que serão escolhidas.”

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Jane Berwanger, em sua palestra no seminário da AL, também mostrou preocupação pela questão levantada por Roberta. Segundo a especialista em direito previdenciário, o projeto de emenda encaminhada pelo governo volta a excluir a mulher do campo da Previdência. Assim como a agricultora, Jane avalia que, mais grave que a idade no meio rural, é a exigência de contribuição individual, “que nos faz lembrar o tempo antes da Constituição de 1988, quando apenas os homens eram vinculados à Previdência”.

Analisando o impacto da proposta com relação à trabalhadora em geral, tanto do meio urbano quanto do rural, a advogada especializada em Direito Previdenciário

Marilinda Marques Fernandes critica o aumento do tempo de contribuição, que passou de 15 para 25 anos, podendo chegar aos 49 anos de contribuição para o benefício integral. Numa realidade social em que há enorme registro de informalidade, sobretudo entre as mulheres negras, Marilinda enfatiza a inviabilidade de uma comprovação de 25 anos de contribuição.

“Isso é um absurdo, porque 25 anos de contribuição em um país que está por votar amanhã a PEC da terceirização (foi votada no dia 22 de março na Câmara e está para ser votada no Senado), sem limite para atividade fim e meio; em que há um desemprego enorme; e no qual não temos perspectiva de recuperar os empregos que perdemos”, argumenta. A advogada assevera ainda que não estamos mais na Segunda Revolução Industrial, mas na Quarta Revolução, com um mercado de trabalho fortemente marcado pela inteligência artificial, pela robótica, ou seja, “por tudo o que representa uma negação à massa trabalhadora, em detrimento de uma minoria trabalhadora, e uma riqueza cada vez mais concentrada em uma minoria que são os detentores da tecnologia. E 25 anos de contribuição numa realidade como esta, será muito difícil de ser atingido”.

Eduardo Fagnani, coordenador da rede Plataforma Política de Estudos Sindicais e do Trabalho, também critica severamente a proposta de emenda constitucional da Previdência. Ele classifica de “uma das maiores crueldades em preparação no Brasil” a elevação da carência mínima de 65 para 70 anos, para a concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada) a idosos socialmente mais vulneráveis (renda familiar per capita de 1/4 do salário mínimo) e portadores de deficiências, que hoje beneficia mais de 16 milhões de pessoas. “Esse indivíduo, expulso do sistema, se chegar aos 70 anos, será condenado à pobreza extrema até que morra, pois receberá pensão inferior a um salário mínimo, de valor arbitrado pelo governo”, escreve em artigo publicado em página na rede.

## Números controversos

Além de ser um tema árido para a grande maioria das pessoas, por implicar fórmulas e percentuais, a questão da Previdência tem provocado ainda mais perplexidade aos ouvidos do cidadão comum, alvejado por argumentos contundentes – prós e contras – à PEC/287/16, que propõe a reforma da Previdência. De um lado, os defensores da proposta de emenda constitucional, majoritariamente ligados ao governo, argumentam déficit nas contas dos benefícios e impasses demográficos, como o aumento da longevidade dos brasileiros, ambos fenômenos prejudiciais à sustentabilidade do atual modelo previdenciário brasileiro. Do outro lado, diferentes setores especializados rapidamente vêm se mobilizando no sentido de buscar contra-argumentar com estudos e levantamento de dados que comprovam, entre outros fatos, que a previdência é superavitária.

Líder governista na comissão especial da Previdência na Câmara, o deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS) se diz convencido dos dados que demonstram que o déficit da seguridade social brasileira cresceu fortemente nos últimos anos. De acordo com ele, em 2013 o déficit era de R\$ 90 bilhões e passou para R\$ 258,7 bilhões em 2016, e a expectativa para 2017 é de um total de R\$ 300 bilhões. Para reverter esse processo, o deputado defende a reforma previdenciária na tentativa de superar esses gastos, que crescem exponencialmente. “Quase todo mundo fez a reforma juntando a idade mínima homem e mulher. Tem países que estão aumentando esse limite porque é um processo inevitável; o mundo envelheceu e está nascendo menos gente”, sustenta.

Darcísio critica também o Brasil porque, em vez de já ter respondido a esse processo de envelhecimento, ampliou as facilidades e os benefícios, acarretando, dessa forma, a crise da seguridade. “De cada R\$100 que o governo arrecada em impostos e contribuições, R\$53 vão para a Previdência. Daqui a alguns anos, isso vai para R\$77; daqui a mais dez anos, vai para R\$86. Se isso não for enfrentado num futuro bem próximo, os recursos crescentes que vão para a Previdência serão retirados de outras áreas (Educação, Saúde, Infraestrutura, Ciência e Tecnologia)”.

Para o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Fiscal do Brasil/RS regional Sul (Anfip), Cesar Roxo Machado, não existe um déficit na Previdência que justifique a proposta que o governo está pretendendo. Há dez anos Cesar é auditor da Receita Federal e durante quase duas décadas foi auditor da Previdência Social, trabalhando no INSS. Ao analisar os valores apresentados pelo governo, com o alegado déficit na Previdência, questiona a origem desses dados, colocando em dúvida se o governo está falando da Previdência de Regime Geral (vinculada ao INSS) ou de algum regime próprio de previdência (aqui se encontram os estatutários).

Conforme estudos realizados pela Anfip em 2015, a Seguridade sempre foi superavitária, mesmo com a subtração de suas receitas pela incidência da DRU (Desvinculação da Receita da União – cerca de R\$ 60 bilhões) e pelas desonerações tributárias sobre suas fontes de financiamento (R\$ 158 bilhões, em 2015). As pesquisas também comprovam que não há dé-

ficit, porque existem fontes de recursos constitucionalmente asseguradas para financiar a Previdência. Conforme os dados coletados no estudo, o rombo de R\$ 91 bilhões (2015) alegado pelos defensores da PEC poderia ter sido coberto com parte dos R\$ 202 bilhões arrecadados pela COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); dos R\$ 61 bilhões arrecadados pela CSLL; e dos R\$ 53 bilhões arrecadados pelo PIS/Pasep. Ou então pelos R\$ 63 bilhões capturados pela DRU e pelos R\$ 158 bilhões de desonerações e renúncias de receitas da Seguridade Social.

A atuária e professora da Faculdade de Economia da UFRGS Maris Caroline Gosmann afirma que a primeira grande questão na análise da PEC 287/16 é buscar entender o que “tem nesse pacote expresso como *As Grandes Reformas que o Brasil Precisa* [da Previdência, da CLT e a tributária]”. Ela rechaça a ideia de obviedade contida na suposição que defende a ideia de uma reforma nos moldes como a que está sendo proposta. Segundo a especialista, basta analisar os números e valores para se verificar que não é uma reforma óbvia, e sim que existem interesses por trás desses números. “Um dos interesses é que, se eu acabo com a previdência fechada, eu aumento a inserção na previdência aberta. É evidente que os bancos têm vantagens quando as previdências públicas não funcionam, e esse é um movimento mundial”. Em novembro, quando começou a esquentar o debate sobre a reforma da Previdência, a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi) registrou 26% de aumento na procura por planos privados de Previdência em relação ao mês anterior.





## Por outras alterações

Quem está vivendo mais? Onde e como mora? Qual o tipo de ocupação profissional ou vínculo empregatício? Qual a sua renda mensal? É mulher? É homem? Algumas dessas perguntas estão entre as que os atuários que trabalham com sistemas de previdência utilizam para realizar os cálculos de aposentadoria. De acordo com Maris Caroline Gosmann, a constatação de que a população brasileira está vivendo mais precisaria de outros filtros para que esse dado pudesse ser utilizado como um dos fatores que justifiquem uma reforma da Previdência.

Maris não é contrária à reforma com base nesses termos, mas assegura que o fator “aumento da longevidade” deveria justificar uma reforma que atingisse não os segurados pelo Regime Geral de Previdência Social, vinculado ao INSS, e sim os estatutários, beneficiados pelos Regimes Próprios de Previdência. “São esses que vivem mais”, reforça.

“É importante fazer-se a pergunta a respeito de quem está vivendo mais: o servidor público, o empregado de empresa de economia mista ou o empregado de empresas privadas de médio e alto escalão. Se esse estudo revelar que são as pessoas que recebem acima de R\$10 mil, essas pessoas não estão no INSS. Por que eu tenho, então, que fazer com que as pessoas que estão no INSS necessitem trabalhar mais?” Ela mesma responde: “Só por questões políticas, é opção de caixa do governo”.

Com mais de 20 anos de experiência como advogada especializada em seguridade social, Marilinda Marques Fernandes considera que a Previdência não precisa de reformas, mas de aprimoramentos, especialmente com relação às desonerações tanto junto ao setor industrial quanto com relação às filantrópicas. No tocante às indústrias, ela recorda uma tentativa mal-sucedida da presidente Dilma Rousseff, cujo governo realizou uma série de desonerações à indústria, a partir das quais os empresários garantiam que iriam promover mais empregos. “Ela fez as desonerações, mas eles não criaram mais empregos”, reprova. Ela defende também a revisão da desoneração das entidades filantrópicas, como os hospitais, que muitas vezes não dão o número de leitos correspondentes às desonerações, ou as escolas privadas que não dão o número de cotas com as quais se comprometeram.

Por fim, Marilinda também defende que se deva mudar a fonte de financiamento da Previdência com mais ênfase no lucro, porque os bancos que automatizaram suas atividades têm cada vez menos trabalhadores e cada vez mais ganhos: “É que nós defendemos que o financiamento da previdência seja feito, essencialmente, em cima do lucro da empresa, e não em cima das folhas de salários, porque a folha de salário está minguando a cada dia mais (com as demissões, eles têm suas folhas de trabalhadores reduzidas) e o lucro cresce, tem que haver uma inversão”, encerra.

## PEC 287 e o servidor público

**Ingresso antes de 1998** – Pela regra de transição anterior, que continua valendo, esse servidor não precisa atingir a idade mínima atual (60 anos/homem e 55 anos/mulher) para se aposentar, mas deverá cumprir a fórmula 85/95 (idade + contribuição) para mulheres e homens. Nesse caso, ele somaria 90 pontos, faltando, portanto, cinco pontos. Teria de trabalhar por pelo menos mais três anos e requerer o benefício em junho de 2020. Com a PEC, ele poderá antecipar a aposentadoria em seis meses, em dezembro de 2019. Isso porque, segundo o consultor da Comissão de Orçamento dos Deputados, Leonardo Rolim, a PEC altera o sistema da contagem da fórmula 85/95, que deixa de ser ano cheio e adota a fração de dias: cada dia a mais de contribuição reduz um dia na idade.

**Ingresso até 2004** – O estatutário com 50 anos (homem) e 45 anos (mulher) continua tendo direito a um valor de benefício correspondente ao último salário, bem como à mesma correção do reajuste salarial concedido aos ativos.

**Ingressos entre 2004 e 2013** – De acordo com a PEC, aqueles que ingressaram na carreira entre 2004 e 2013 perdem os privilégios na hora da aposentadoria: integralidade (último salário) e paridade (correção do benefício igual ao reajuste salarial dos ativos). Esses servidores são obrigados a cumprir idade mínima atual (60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher), mas ainda recebem o benefício cheio – ou seja, sem o redutor de 51% sobre a média das contribuições, como valerá para os demais trabalhadores. O valor é calculado com base na média dos 80% maiores salários de contribuição.

**Ingresso a partir de 2013** – São aplicadas as mesmas regras do INSS: teto de R\$ 5.189 (atual); redutor de 51% no valor do benefício, mais 1 ponto percentual por ano de contribuição, tendo de trabalhar por 49 anos para ter direito ao teto; e idade mínima de 65 anos.

# Uma reforma privatizante

Para a economista Denise Gentil, a crise da Previdência brasileira é provocada pela política recessiva do governo, e não está nela a responsabilidade pelo aumento da dívida pública, como alega o executivo. “Essa é uma falsa declaração. No último relatório do Banco Central (12/2016) está demonstrado que 79% do crescimento da dívida foi decorrente da política monetária. Ou seja, causada pelo aumento de R\$ 407 bilhões nos juros e no impacto de R\$ 198 bilhões do câmbio. O que causa o crescimento da dívida no Brasil não é a Previdência. A reforma a ser feita é na política monetária cambial”, sentencia.

Professora do Instituto de Economia da UFRJ, Denise trabalha com a Previdência desde o seu doutorado. Mais recentemente, participou da publicação *Previdência: Reforma para Excluir?*, documento de contribuição ao debate sobre a reforma da Previdência, elaborado por especialistas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), disponível no site da Plataforma Política Social.

## Por que afirmas que a PEC 287 tem forte conteúdo privatizante?

O governo propõe uma reforma da Previdência que é um atentado à humanidade porque vai deixar de atender milhares de pessoas. Isso tem um objetivo. Quando anunciam uma reforma que diz aos brasileiros que eles não vão se aposentar porque não vão conseguir contribuir por 25 anos consecutivos nem se manter no mercado de trabalho até os 65 anos, ele está dizendo: “Você não vai ter o benefício da previdência porque as nossas condições são muito rígidas”. O governo está empurrando quem tem renda para planos privados de previdência nos bancos. Esse é um processo de privatização silencioso que se justifica pela crise fiscal provocada pelo próprio governo.

## Nesse processo, o que é causa e o que é consequência?

Primeiro o governo provoca a crise fiscal, depois propõe um ajuste rigoroso, que estabelece um teto de gastos para o setor público. Em seguida, propõe uma reforma da Previdência constrangedora aos direitos sociais. Essa é a hierarquia de causalidades que tem um objetivo claro, não acontece independentemente da vontade dos dirigentes do executivo. O governo provocou uma recessão na economia quando passou décadas utilizando a taxa de juros reais mais alta do mundo; quando manteve um câmbio valorizado que destruiu a indústria e, portanto, os empregos na indústria; quando pratica uma política de desonerações tributárias que re-



FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO/FLICKR (CC BY 2.0)

tira recursos da seguridade social num montante anual de mais de R\$ 283 bilhões; quando corta os gastos com investimento público, 1% do PIB em nível federal, ou seja, corte em investimento irrisório, o que só implica trazer recessão à economia; quando corta crédito no BNDES, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil – e os bancos privados acompanham essa redução. Então, quando usa esse conjunto de políticas recessivas, o resultado é desemprego, queda do PIB, desindustrialização, e isso afeta diretamente as receitas da Previdência, porque estão apoiadas na folha de salários, no faturamento e no lucro das empresas. Com isso, o governo provoca o déficit – que ainda não existe, mas que poderá existir no ano de 2017, em função dessa política recessiva –, aí passa a estar mais do que justificada a necessidade de uma reforma da Previdência, que será tão mais rígida quanto menor for o poder de barganha dos trabalhadores.

## Qual a situação real da Previdência no país?

É de uma Previdência superavitária pelo que os números mostram. Até 2015, o superávit era de 11 bilhões de reais. Mas sabemos que, em função da enorme depressão que está acontecendo no Brasil – com crescimento próximo de zero em 2014 e negativo em 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,6%) –, o desemprego é altíssimo. O percentual alcançou 13,2%, o que significa que temos 13 milhões e 500 mil pessoas que procuraram emprego e não encontraram. No ano de 2016, perdemos um milhão, 317 mil e 363 postos de

trabalho. A queda do rendimento médio dos salários foi de 3% e a queda da massa de salários foi de 4,8%. Isso tudo provoca a queda das receitas da Previdência. Então, o resultado fiscal da Previdência é determinado de fora para dentro. Não são os parâmetros internos, como tempo de contribuição ou idade, mas é a política macroeconômica que faz com que as receitas caiam.

## As perdas decorrentes dessa política são iguais para todos?

A recessão não é ruim para todos; é ruim para quem não tem alternativas, ou seja, aqueles que, quando perdem o emprego, perdem toda a renda. Mas os empresários têm um refúgio que é a aplicação em títulos públicos. Por eles podem reduzir a produção, demitir pessoas que aplicarão tudo o que têm em títulos públicos e ganhar a mais elevada taxa de juros do mundo. A recessão é funcional ao capitalismo, serve para reduzir salários, reformar leis trabalhistas e a proteção previdenciária dos trabalhadores. É para isso que serve uma recessão, e não pense que os empresários perdem. Tá certo que muitas lojas fecham, mas isso não quer dizer que eles percam dinheiro, porque podem salvar o retorno do seu capital em aplicações financeiras, o que não é crescimento, mas sim, a preservação da renda das elites brasileiras.

## O governo não cobra as empresas sonegadas e permite que paguem menos tributos. Qual o impacto disso na Previdência?

Existem duas coisas que impactam muito. Primeiro, a política

macroeconômica permite desonerações tributárias escandalosas, que, para 2017, foram estimadas em mais de R\$ 284 bilhões, quase 5% do PIB. No que se refere às receitas da seguridade social, as desonerações somam R\$ 151 bilhões e 28 milhões. Então, o governo é contraditório: se o sistema tem déficit, como é que ele pratica esse nível de desonerações? O segundo aspecto é a dívida ativa previdenciária, que são os débitos dos empresários com a Previdência. Ela alcançou em 2015 um montante de R\$ 350 bilhões e 678 milhões. Disso, o governo só conseguiu recuperar 0,32%, ou seja, nós viramos o paraíso dos sonegadores – quem não paga as contribuições previdenciárias simplesmente não é punido. Os 500 maiores devedores inscritos na dívida ativa da União são grandes corporações. Do total de 500 bilhões sonegados (13% do PIB, segundo a ONU), só de contribuições previdenciárias devidas ao INSS foram R\$103 bilhões e 178 milhões em 2015.

## Fatores demográficos são justificativas para a reforma?

Tem uma coisa muito perversa que é apontar que as pessoas só vão se aposentar se elas contribuírem por 25 anos. Pelas leis atuais, a exigência é 15 anos de contribuição. Em um estudo que fizemos em 2015, constatamos que 79% dos aposentados por idade não haviam contribuído por 25 anos; descobrimos que 60% das aposentadorias por idade foram de trabalhadores que não chegaram nem aos 20 anos de contribuição, e que, portanto, essas mudanças vão atingir principalmente os

mais pobres, que geralmente contribuem por menos tempo porque ficam uma parte da vida desempregados ou em empregos informais. É por isso que, quando chegam a se aposentar, eles não conseguem contribuir por 20 anos. Isso acontece hoje com 60% da população, e se o tempo de contribuição subir para 25 anos, quem é que vai se aposentar?

## E a questão da idade mínima?

É cruel, porque 65 anos não é uma idade mínima, é uma idade única. Por que cruel? Existem dezenas de municípios no Brasil em que a expectativa de vida é inferior a 67 anos. Ou seja, a possibilidade de uma pessoa não atingir 65 anos é uma das mais elevadas do mundo, 37%, contra, por exemplo, 16% no Reino Unido, 13% na Alemanha, 5% no Canadá. Nossa probabilidade de não chegar aos 65 anos é mais que o dobro da estimativa dos países europeus, e nós estamos querendo estabelecer a mesma idade mínima que a deles. É um escândalo essa reforma! Outro dado diz respeito à taxa de desemprego entre os idosos no Brasil: aos 65 anos de idade, ela é de 29,3%, porque eles não conseguem achar emprego; a taxa de desemprego médio no Brasil é de 12%, e esses idosos são aqueles que não vão conseguir se aposentar porque não vão atingir os 25 anos de contribuição. A propaganda do governo é *reformular para existir*, no sentido de é preciso reformar a previdência para que ela continue existindo, e é exatamente o oposto: se o governo reformar, vai acabar a Previdência no Brasil, ninguém vai conseguir se aposentar.